



## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

**Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)** – Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, transpondo a Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público

**QUADRO COMPARATIVO DA PROPOSTA DE LEI N.º 334/XII/4.ª (GOV) COM AS SUGESTÕES CONCRETAS DE ENTIDADES QUE SE PRONUNCIARAM**  
(para análise das considerações genéricas dos pareceres, deve proceder-se à consulta dos mesmos)

**APB – Associação Portuguesa de Bancos**

**APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios**

**ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

**BdP – Banco de Portugal**

**CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários**

**CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados**

**IPCG – Instituto Português de Corporate Governance**

**OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**

**OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**

**PGR – Procuradoria-Geral da República**

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
---------------------------------------	-----------------------

**ARTICULADO DA PROPOSTA DE LEI**

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 1.º</b> <b>Objeto</b></p> <p>1 -A presente lei:</p> <p>a) Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas;</p> <p>b) Assegura a execução parcial, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal das contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão n.º 2005/909/CE da Comissão.</p> <p>2 -Em concretização do disposto no número anterior, a presente lei procede à aprovação do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria e à alteração dos seguintes diplomas:</p> <p>a) Estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro;</p> <p>b) Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro;</p> <p>c) Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro.</p>	<p style="background-color: #f8d7da; padding: 5px;"><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 2:</b></p> <p>2 - Em concretização do disposto no número anterior, a presente lei procede à aprovação do Regime Jurídico da Supervisão de <u>Audidores</u> e à alteração dos seguintes diplomas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 2.º</b> <b>Aprovação do regime jurídico da supervisão de auditoria</b></p> <p>É aprovado o regime jurídico da supervisão de auditoria, adiante abreviadamente designado «regime jurídico», o qual é publicado em anexo à presente lei e que dela faz parte integrante.</p>	<p style="background-color: #f8d7da; padding: 5px;"><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 2.º:</b></p> <p style="text-align: center;">Artigo 2.º</p> <p style="text-align: center;">Aprovação do regime jurídico da supervisão de <u>audidores</u></p> <p style="background-color: #f8d7da; padding: 5px;">É aprovado o regime jurídico da supervisão de <u>audidores</u>, adiante abreviadamente designado «regime jurídico», o qual é publicado em anexo à presente lei e que dela faz parte integrante.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 3.º</b> <b>Fiscalização das entidades de interesse público</b></p> <p>1 - As entidades de interesse público adotam um dos modelos de administração e fiscalização previstos no n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo aplicável, no caso do modelo previsto na alínea a) do referido artigo, o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do mesmo Código.</p> <p>2 - Sem prejuízo de outras exigências legais aplicáveis em razão do setor de atividade, do tipo societário ou de outras especificidades, o órgão de fiscalização das entidades de interesse público está sujeito pelo menos aos seguintes requisitos de composição:</p> <p>a) Deve incluir pelo menos um membro que tenha habilitação académica adequada ao exercício das suas funções e conhecimentos em auditoria ou contabilidade;</p> <p>b) Os seus membros devem ter, no seu conjunto, formação e experiência prévias para o sector em que opera a entidade; e</p> <p>c) A maioria dos seus membros, incluindo o seu presidente, deve ser considerada independente, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.</p> <p>3 - Excetua-se do disposto nos números anteriores, salvo se abrangidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais as sociedades de capital de risco e as sociedades de titularização de créditos.</p> <p>4 - Sem prejuízo dos demais deveres legais e contratuais que lhe sejam imputáveis, o órgão de fiscalização das entidades de interesse público está sujeito aos seguintes deveres:</p> <p>a) Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação</p>	<p><b>Proposta da ASF quanto ao n.º 1:</b> 1 - As entidades de interesse público, na aceção do artigo 3.º do regime jurídico, adotam um dos modelos de administração e fiscalização previstos no n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo aplicável, no caso do modelo previsto na alínea a) do referido artigo, o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do mesmo Código.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto às alíneas a) e c) do n.º 2:</b> a) Deve incluir pelo menos um membro que tenha <u>competências</u> e conhecimentos em auditoria ou contabilidade;</p> <p>c) A maioria dos seus membros, incluindo o seu presidente, deve ser considerada independente <u>da entidade fiscalizada</u>, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 3:</b> [Eliminar].</p> <p><b>Proposta da CMVM quanto ao n.º 3:</b> Propõe a eliminação do n.º 3.</p> <p><b>Proposta do BdP quanto ao n.º 4:</b> Propõe a eliminação do n.º 4 e a adaptação do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, “face aos novos e revistos deveres elencados”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 4:</b> 4 – Sem prejuízo dos demais deveres legais e <u>estatutários</u> que lhe sejam imputáveis, o órgão de fiscalização das entidades de interesse público está sujeito aos seguintes deveres:</p> <p>a) Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal <u>de</u> contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade <u>do relato financeiro</u>, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo;</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo;</p> <p>b) Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;</p> <p>c) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco e, se aplicável, de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;</p> <p>d) Acompanhar a revisão legal das contas anuais individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria, nos termos do n.º 6 do artigo 26.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;</p> <p>e) Verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas nos termos legais, incluindo o artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e, em especial, a adequação da prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, nos termos do artigo 5.º do referido regulamento; e</p> <p>f) Selecionar os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p> <p>5 - Nas entidades de interesse público sem personalidade jurídica, os requisitos de fiscalização previstos nos números anteriores aplicam-se à respetiva entidade gestora.</p>	<p>b) Acompanhar o processo de <u>relato financeiro</u> e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;</p> <p>d) Acompanhar a revisão legal <u>de</u> contas anuais individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões do <u>Conselho de Supervisão de Auditores</u> da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria, nos termos do n.º 6 do artigo 26.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014. <u>O acompanhamento previsto será efetuado de acordo com as leis e demais disposições aplicáveis à entidade fiscalizada;</u></p> <p><b>Proposta da CMVM quanto à alínea e) do n.º 4:</b></p> <p>e) Verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas nos termos legais, incluindo o artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e, em especial, <u>verificar a adequação e aprovar a</u> prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, nos termos do artigo 5.º do referido regulamento; e</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 5:</b> [Eliminar].</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 4.º</b> <b>Deveres de comunicação de conflitos de interesses e de segredo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas</b></p> <p>1 - A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas comunica à CMVM as situações de potencial conflito de interesses no exercício das suas competências, para efeitos da sua supervisão.</p> <p>2 - No quadro das suas competências de supervisão de auditoria é exigido aos órgãos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aos seus titulares, aos trabalhadores e às pessoas que prestem, direta ou indiretamente, a título permanente ou ocasional, quaisquer serviços à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o cumprimento, com as devidas adaptações, do dever de segredo, tal como previsto no artigo 354.º do Código dos Valores Mobiliários.</p>	<p><b>BdP quanto ao artigo 4.º:</b> Manifesta reservas “relativamente à abrangência e articulação de competências entre a OROC e a CMVM [...], e, em especial, sobre a competência da CMVM para sancionar a OROC”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 4.º:</b> [Eliminar].</p> <p><b>Proposta da ASF quanto ao n.º 2:</b> Considera que o dever de segredo em apreço deveria ser regulado no âmbito do Estatuto da OROC, afigurando-se igualmente desadequada a remissão, nesta matéria, para o Código dos Valores Mobiliários.</p>

**Artigo 5.º**  
**Alteração ao Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro**

Os artigos 7.º, 10.º e 20.º dos Estatutos da CMVM, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º  
[...]

[...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];

e) O Conselho Geral de Supervisão de Auditoria, a que se refere o artigo 35.º do regime jurídico da supervisão de auditoria, aprovado pela Lei n.º [REG. PL 219/2015].

Artigo 10.º  
[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - Os membros do conselho de administração devem ter, no seu conjunto, conhecimentos adequados nas matérias relevantes para efeitos da supervisão da atividade de auditoria.

**Proposta da OROC quanto ao artigo 7.º:**

e) [Eliminar].

**BdP quanto ao n.º 3 do artigo 10.º:**

Manifesta “reservas sobre se a mera aplicação desta premissa ao órgão de administração no seu conjunto [...] é suficiente para dar cumprimento” ao n.º 3 do artigo 32.º da Diretiva.

Propõe “ponderar a alteração [...] no sentido de referir expressamente a necessidade de o administrador com o pelouro ser especialmente conhecedor de matérias de auditoria, designadamente das matérias identificadas no n.º 1 do artigo 8.º da Diretiva”.

**Proposta da OROC quanto ao n.º 3 do artigo 10.º:**

3 – Os membros do conselho de administração devem ter, no seu conjunto, conhecimentos adequados nas matérias relevantes para efeitos da supervisão do exercício da atividade de auditoria.

**Proposta da ASF quanto ao n.º 3 do artigo 10.º:**

Pese embora este preceito tenha em vista proceder à transposição do n.º 2 do artigo 32.º da Diretiva, poderá resultar desequilibrado que se confira esta ênfase à supervisão da atividade de auditoria, omitindo-se as demais áreas sujeitas à supervisão da CMVM.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>4 - [Anterior n.º 3].</p> <p style="text-align: center;">Artigo 20.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - O revisor oficial de contas é designado obrigatoriamente por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas registados na CMVM.</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].»</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 2 do artigo 20.º:</b></p> <p>2 – O revisor oficial de contas é designado obrigatoriamente por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas <u>inscritos na lista de revisores oficiais de contas.</u></p>

**Proposta da OROC de criação de um novo artigo**

**Artigo 6.º [Conselho de Supervisão de Auditores]**

1 – É criado o Conselho de Supervisão de Auditores, no âmbito das atribuições da CMVM enquanto autoridade competente com a responsabilidade final pela supervisão pública dos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas.

2 – O Conselho de Supervisão de Auditores é um órgão da CMVM sendo dirigido de modo autónomo por um presidente e dois vogais a indicar pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, nos termos dos números seguintes, sendo a designação do presidente sujeita a aprovação pelo membro do Governo com responsabilidade pela área das finanças.

3 – Os membros do Conselho de Supervisão de Auditores são designados por um período inicial de 4 anos renovável apenas uma vez.

4 – Os membros a designar para o Conselho de Supervisão de Auditores não podem ser pessoas que exerçam, ou tenham exercido nos três anos imediatamente anteriores, a profissão de revisor oficial de contas ou que tenham estado associados de qualquer forma a revisores oficiais de contas, mas devem ter bons conhecimentos nas matérias relevantes para a revisão legal de contas e devem ser selecionados com base num procedimento de nomeação independente e transparente.

5 – A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores tem as competências que lhe são atribuídas pelo regime jurídico de supervisão de auditores aprovado pelo artigo 2.º da presente Lei.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 6.º</b> <b>Alteração ao Código dos Valores Mobiliários</b></p> <p>Os artigos 8.º, 9.º-A, 10.º, 245.º e 389.º do Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo <b>Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro</b><sup>1</sup>, passam a ter a seguinte redação:</p> <p style="text-align: center;">«Artigo 8.º <b>Informação auditada</b><sup>2</sup></p> <p>1 - Deve ser objeto de relatório de auditoria elaborado por revisor oficial de contas ou sociedade de revisor oficial de contas a informação financeira anual contida em documento de prestação de contas ou em prospetos que:</p> <p>a) [...]; b) [...]; c) [...].</p> <p>2 - O revisor oficial de contas e a sociedade de revisor oficial de contas referidos no número anterior são, para efeitos deste Código, designados por auditor, e por auditoria a atividade por eles desenvolvida.</p> <p>3 - [Revogado].</p> <p style="text-align: center;"><b>Artigo 9.º-A</b> <b>Deveres dos auditores</b></p> <p>1 - Na prestação de serviços previstos no Código dos Valores Mobiliários, legislação complementar e Regulamentos da CMVM, o auditor deve cumprir as normas que regulam o exercício da atividade de revisor oficial de contas, bem como os requisitos específicos relativos ao conteúdo do relatório de auditoria que, para efeitos do presente Código, sejam definidos por regulamento da CMVM.</p>	<p><b>OTOC sobre o corpo do artigo 6.º:</b> Onde consta “Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro”, deve ler-se “<b>Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro</b>”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 8.º:</b> 1 – Deve ser objeto de <u>certificação legal das contas</u> elaborado por revisor oficial de contas ou sociedade de <u>revisores oficiais</u> de contas a informação financeira anual contida em documento de prestação de contas ou em prospetos que:</p> <p><b>Proposta da CMVM quanto ao artigo 9.º-A:</b> <b>[Eliminar].</b></p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 9.º-A:</b> <b>Revogar.</b></p>

<sup>1</sup> A referência ao Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, no corpo do Artigo 6.º (sublinhada a amarelo), está incorreta (refere-se ao Código das Sociedades Comerciais). Contactado o Governo, foi confirmado o lapso em apreço, devendo o mesmo ser corrigido para **Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro**.

<sup>2</sup> As epígrafes dos artigos 8.º, 9.º-A e 10.º do Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro, constantes no artigo 6.º da Proposta de Lei (sublinhadas a amarelo), não são alteradas. Contactado o Governo, foi confirmado o lapso em apreço, devendo o mesmo ser corrigido para [...].

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>2 - O auditor deve cumprir, e fazer cumprir por todos os seus sócios, no caso das sociedades de revisores oficiais de contas, e por todas as pessoas que utilize na prestação dos serviços de auditoria, o dever de independência, nos termos previstos no Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º [REG. PL 219/2015], ou em regulamento da CMVM.</p> <p>3 - [Revogado].</p> <p>4 - [Revogado].</p> <p>5 - [Revogado].</p> <p>6 - [Revogado].</p> <p>7 - [Revogado].</p> <p style="text-align: center;">Artigo 10.º Responsabilidade dos auditores</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - Os auditores devem manter seguro de responsabilidade civil adequado a garantir o cumprimento das suas obrigações, nos termos previstos no artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.</p> <p style="text-align: center;">Artigo 245.º [...]</p> <p>1 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Relatório elaborado por auditor;</p> <p>c) [...].</p> <p>2 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Elementos correspondentes à certificação legal de contas efetuada nos termos e para os efeitos previstos no Código das Sociedades Comerciais, se esta não for exigida por outra norma legal.</p>	<p><b>Proposta da ASF quanto ao n.º 2 do artigo 9.º-A:</b></p> <p>2 - O auditor deve cumprir, e fazer cumprir por todos os seus sócios, no caso das sociedades de revisores oficiais de contas, e por todas as pessoas que utilize na prestação dos serviços de auditoria, o dever de independência, nos termos previstos no Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º [REG. PL 219/2015], e em regulamento da CMVM.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 10.º:</b> Revogar.</p> <p><b>Proposta da CMVM quanto ao n.º 2 do artigo 10.º:</b> [Eliminar].</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 245.º:</b></p> <p>1 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Certificação legal das contas;</p> <p>c) [...].</p> <p>2 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [Eliminar].</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p style="text-align: center;">Artigo 389.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) Publicação ou divulgação de informação não acompanhada de relatório ou parecer elaborados por auditor ou a omissão de declaração de que a informação não foi sujeita a auditoria, quando a lei o exija.</p> <p>e) <sup>3</sup></p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].»</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 389.º:</b></p> <p>d) Publicação ou divulgação de informação não acompanhada de <u>certificação legal das contas elaborada por ROC ou SROC ou a emissão de declaração de que a informação não foi sujeita a revisão legal de contas</u>, quando a lei o exija.</p>

<sup>3</sup> No texto da proposta de lei, é omissa a referência à alínea e). Contactado o Governo, foi confirmado o lapso em apreço, devendo o mesmo ser corrigido para [...].

**Artigo 7.º**  
**Alteração ao Código das Sociedades Comerciais**

Os artigos 262.º e 413.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 262.º  
[...]

1 - [...].

2 - [...]:

- a) Total do balanço: € 4 000 000;
- b) Volume de negócios líquido: € 8 000 000;
- c) Número médio de empregados durante o período: 50.

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

Artigo 413.º  
[...]

1 - [...].

2 - [...].

a) [...].

- i) Total do balanço: € 20 000 000;
- ii) Volume de negócios líquido: € 40 000 000;
- iii) Número médio de empregados durante o período: 250.

b) [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].»

**OTOC sobre a alteração do artigo 262.º:**

Recorda que a alteração é de acordo com o limiar definido para a empresa de dimensão média, considerando porém que “quase triplica os limites, o que pode posicionar a obrigação de auditoria às contas, para valores superiores aos definidos em outros países europeus”.

**Proposta da OROC quanto ao artigo 262.º:**

[Eliminar].

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 8.º</b> <b>Avaliação legislativa</b></p> <p>Decorridos três anos da entrada em vigor da presente lei, o Governo promove a avaliação dos resultados da aplicação da mesma e da demais legislação adotada no quadro da transposição da Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e da execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e pondera, em função dessa avaliação, a necessidade ou a oportunidade da sua revisão.</p>	

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 9.º</b> <b>Disposições transitórias</b></p> <p>1 - A CMVM é competente, no desempenho das suas atribuições enquanto entidade de supervisão de auditoria, para a tramitação dos processos em curso abertos pelo CNSA à data da entrada em vigor da presente lei, bem como para a sua representação na fase judicial.</p> <p>2 - Todos os processos e procedimentos pendentes à data de entrada em vigor da presente lei transitam imediatamente para a CMVM e são por si assumidos.</p> <p>3 - Os meios humanos que integram as equipas de supervisão e de inspeção deliberadas pelo CNSA em curso à data de entrada em vigor da presente lei são temporariamente cedidos, pelo período máximo de um ano, pelas instituições que os indicaram, nos termos em que se encontravam cedidos ao CNSA, por forma a assegurar a condução e o término dos processos e procedimentos que se encontram pendentes.</p> <p>4 - As referências ao CNSA em diplomas legais ou regulamentares, atos administrativos, documentos contratuais ou de outra natureza, consideram-se correspondentemente feitas para a CMVM, com as necessárias adaptações.</p> <p>5 - O arquivo do CNSA transita imediatamente para a CMVM.</p> <p>6 - Os revisores oficiais de contas, as sociedades de revisores oficiais de contas e demais entidades inscritas na Ordem dos revisores oficiais de contas, em exercício à data de entrada em vigor da presente lei, são automaticamente registados na CMVM para os efeitos previstos no Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, e no Código dos Valores Mobiliários.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 1 e 2:</b></p> <p>1 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, é competente, no desempenho das suas atribuições enquanto entidade de supervisão de <u>auditores</u>, para a tramitação dos processos em curso abertos pelo CNSA à data da entrada em vigor da presente lei, bem como para a sua representação na fase judicial.</p> <p>2 - Todos os processos e procedimentos pendentes à data de entrada em vigor da presente lei transitam imediatamente para <u>o referido Conselho de Supervisão de Auditores</u> e são por si assumidos.</p> <p><b>BdP quanto ao n.º 3:</b> Propõe a eliminação do n.º 3 e, eventualmente, a sua substituição por uma norma que estabeleça um dever específico de cooperação na transmissão da informação sobre os processos e procedimentos pendentes.</p> <p><b>Proposta da ASF quanto ao n.º 3:</b> 3 - [Eliminar].</p> <p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 4 a 7:</b></p> <p>4 - As referências ao CNSA em diplomas legais ou regulamentares, atos administrativos, documentos contratuais ou de outra natureza, consideram-se correspondentemente feitas para <u>o Conselho de Supervisão de Auditores</u>, com as necessárias adaptações.</p> <p>5 - O arquivo do CNSA transita imediatamente para <u>o Conselho de Supervisão de Auditores</u>.</p> <p>6 - [Eliminar].</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>7 - No exercício das suas atribuições de supervisão de auditoria a CMVM verifica a manutenção do cumprimento dos requisitos de registo dos revisores oficiais de contas e das sociedades de revisores oficiais de contas e demais entidades inscritas na Ordem dos revisores oficiais de contas, em exercício à data de entrada em vigor da presente lei.</p> <p>8 - Aos mandatos de revisão legal das contas em curso na data de entrada em vigor do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, são aplicáveis as disposições previstas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 41.º desse Regulamento.</p> <p>9 - A entrada em vigor da presente lei não implica a cessação dos mandatos em curso dos titulares dos órgãos de fiscalização das entidades classificadas de interesse público ao abrigo da mesma, nem afeta, até à data prevista para a renovação ou cessação dos respetivos mandatos, a atual estrutura e composição dos referidos órgãos.</p>	<p>7 - No exercício das suas atribuições de supervisão de <u>auditores</u> a CMVM, através do <u>Conselho de Supervisão de Auditores</u> verifica a manutenção do cumprimento dos requisitos de registo dos revisores oficiais de contas e das sociedades de revisores oficiais de contas e demais entidades inscritas na Ordem dos <u>Revisores Oficiais de Contas</u>, em exercício à data de entrada em vigor da presente lei.</p> <p><b>CMVM quanto ao n.º 8:</b> Propõe a <u>eliminação</u> do n.º 8, defendendo que “a matéria em causa deverá ser regulada na PPL 292/XII, relativa à aprovação do novo Estatuto da OROC”.</p> <p><b>APB sobre o n.º 8:</b> <i>Considera este n.º desnecessário, pelo facto de “se limitar a reproduzir o que já se encontra estabelecido em legislação comunitária”.</i></p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 10.º</b> <b>Disposição final</b></p> <p>Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo anterior, a Ordem dos revisores oficiais de contas envia à CMVM, até 31 de dezembro de 2015, toda a informação relevante para o efeito.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 10.º:</b> [Eliminar].</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 11.º</b> <b>Regulamentação</b></p> <p>Os regulamentos necessários à execução dos normativos a que se refere a presente lei mantêm-se em vigor, com as necessárias adaptações, até ao início da vigência de novos regulamentos sobre a matéria.</p>	<p><b>BdP quanto ao artigo 11.º:</b> Considera que o artigo deveria “prever que os regulamentos necessários à execução do RJSA devem ser aprovados e/ou +publicados pela autoridade competente até à entrada em vigor do RJSA”. Sugere, adicionalmente, a “consagração de um período transitório em benefício dos ROC ou SROC e da própria autoridade competente pela supervisão”.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 12.º</b> <b>Norma revogatória</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3, são revogados: a) O Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/2010, de 18 de junho; b) O Regulamento da CMVM n.º 1/2014.</p> <p>2 - São revogados o n.º 3 do artigo 8.º, o artigo 9.º e os n.ºs 3 a 7 do artigo 9.º-A do Código dos Valores Mobiliários.</p> <p>3 - No período a que se refere o n.º 3 do artigo anterior, permanecem transitoriamente em vigor os artigos 14.º e 15.º dos Estatutos do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/2010, de 18 de junho.</p>	<p><b>Proposta da CMVM quanto ao n.º 2:</b> 2 - São revogados o n.º 3 do artigo 8.º e os artigos 9.º e 9.º-A do Código dos Valores Mobiliários.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 2:</b> 2 - São revogados o n.º 3 do artigo 8.º, o artigo 9.º, o artigo 9.º-A e o artigo 10.º do Código dos Valores Mobiliários.</p> <p><b>APFIPP sobre o n.º 3:</b> O artigo anterior não tem um n.º 3.</p> <p><b>CMVM quanto ao n.º 3:</b> O artigo anterior não tem um n.º 3, parecendo pretender-se a “remissão para o n.º 3 do artigo 9.º”.</p> <p><b>Proposta da ASF quanto ao n.º 3:</b> O artigo anterior não tem um n.º 3. “Presume-se que o artigo pretenda, antes, remeter para o n.º 3 do artigo 9.º, impondo-se, em tal caso, proceder à respetiva eliminação, à semelhança do exposto em relação a este último preceito”. Considera ainda a ASF que se “afigura necessário proceder, pelo menos, também à revogação da alínea h) do n.º 1 do artigo 7.º dos Estatutos da ASF, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, no que diz respeito à participação da ASF no Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria”.</p> <p>Por fim, sublinha a ASG que “ao manter “transitoriamente em vigor” os referidos artigos dos Estatutos do CNSA, comete às restantes entidades que integram o CNSA uma obrigação geral de facultarem à CMVM recursos técnicos, materiais e humanos durante o período a que se refere o n.º 3 do artigo 9.º, ou seja, durante um ano, em termos que até poderão extravasar as meras equipas de inspeção e supervisão, englobando todo o apoio técnico, face ao modo como o preceito se encontra redigido (a remissão é feita para o “período”, e não para os “meios humanos” aí previstos).</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
	<p>Uma vez mais, e por maioria de razão, não poderá esta disposição merecer acolhimento na presente Proposta de Lei, tendo em conta a transferência imediata de atribuições e competências para a CMVM e a total ausência de fundamento para que continue a impender sobre as demais entidades que integram o CNSA a referida obrigação de disponibilização de recursos (no caso da ASF, manifestamente escassos, na atual conjuntura).”</p> <p><b>Proposta da ASF:</b> Aditar uma nova norma que “preveja especificamente a extinção do CNSA”.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 13.º</b> <b>Entrada em vigor</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2016.</p> <p>2 - O n.º 6 do artigo 9.º entra em vigor 30 dias após a publicação da presente lei.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 13.º:</b></p> <p>1 - A presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, aplicando-se às revisões legais de contas de períodos iniciados em ou após 16 de junho de 2016.</p> <p>2 – [Eliminar].</p> <p><b>CMVM quanto ao n.º 2:</b> Propõe incluir também a referência “ao artigo 10.º, uma vez que a completude dos normativos deve estar igualmente ligada, parece-nos, no plano da evolução cronológica”.</p>

**ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA PROPOSTA DE LEI**

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	
<b>CAPÍTULO I</b> <b>Disposições gerais</b>	
<b>Artigo 1.º</b> <b>Objeto</b>	<b>Proposta da OROC quanto ao artigo 1.º:</b>
<p>O regime jurídico da supervisão de auditoria (regime jurídico) regula a atividade de supervisão pública de revisores oficiais de contas (ROC), das sociedades de revisores oficiais de contas (SROC), de auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros da União Europeia e de países terceiros registados em Portugal, definindo a competência, a organização e o funcionamento desse sistema de supervisão, em articulação com o disposto, quanto a entidades de interesse público, no Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e nos respetivos atos delegados.</p>	<p>O regime jurídico da supervisão de <u>auditores</u> (regime jurídico) regula a atividade de supervisão pública de revisores oficiais de contas (ROC), das sociedades de revisores oficiais de contas (SROC), <u>nacionais e de outros</u> Estados-Membros da União Europeia e de <u>auditores e entidades de auditoria de</u> países terceiros registados em Portugal, definindo a competência, a organização e o funcionamento desse sistema de supervisão, em articulação com o disposto, quanto a entidades de interesse público, no Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e nos respetivos atos delegados.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 2.º</b> <b>Definições<sup>4</sup></b></p> <p>1 -Para efeitos do disposto no presente regime jurídico, entende-se por:</p> <p>a) «Afilhada de uma sociedade de revisor oficial de contas», a empresa, independentemente da sua forma jurídica, que esteja relacionada com uma SROC através de uma relação de participação social, controlo ou gestão;</p> <p>b) «Auditor de Estado-Membro», a pessoa singular que revê as contas anuais individuais ou consolidadas de uma sociedade com sede na União Europeia, registada num Estado-Membro;</p> <p>c) «Auditor de país terceiro», a pessoa singular que revê as contas anuais individuais ou consolidadas de uma sociedade com sede fora da União Europeia, que não esteja registado como auditor em qualquer Estado-Membro;</p> <p>d) «Entidade de auditoria de Estado-Membro», a entidade que, independentemente da sua forma jurídica, revê as contas anuais individuais ou consolidadas de sociedades, registada como entidade de auditoria em qualquer Estado-Membro;</p> <p>e) «Entidade de auditoria de país terceiro», a entidade que, independentemente da sua forma jurídica, revê as contas anuais individuais ou consolidadas de uma</p>	<p><b>BdP quanto ao artigo 2.º:</b> Defende que “deve ser legislado genericamente para que sejam adotadas as expressões ‘auditoria’, ‘auditor’ e ‘sociedade de auditores’, dando-lhes o conteúdo legal presente nas expressões, respetivamente, ‘revisão oficial de contas’, ‘revisor oficial de contas’ e ‘sociedade de revisores oficiais de contas’. Esta uniformização [...] deverá, em particular, ser extensível ao EOROC”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 2.º:</b> Para efeitos do disposto no presente regime jurídico, entende-se por:</p> <p>a) «Afilhada de uma sociedade de <u>revisores oficiais</u> de contas», a empresa, independentemente da sua forma jurídica, que esteja relacionada com uma SROC através de uma relação de participação social, controlo ou gestão;</p> <p>b) «<u>Revisor Oficial de Contas</u> de Estado-Membro», a pessoa singular que <u>efetua a revisão legal de contas de uma entidade com sede na União Europeia</u>, registada num Estado-Membro;</p> <p>c) «Auditor de país terceiro», a pessoa singular que <u>efetua a auditoria das contas de uma entidade</u> com sede fora da União Europeia, que não esteja <u>registada como revisor oficial de contas</u> em qualquer Estado-Membro;</p> <p><u>(NOVA) d) «Auditores», os revisores oficiais de contas portugueses ou de outro Estado-Membro, as sociedades de revisores oficiais de contas portuguesas ou de outro Estado-Membro, os auditores de países terceiros e as entidades de auditoria de países terceiros.</u></p> <p>d) «<u>Sociedade de revisores oficiais de contas</u> de Estado-Membro», <u>uma pessoa coletiva</u> que, independentemente da sua forma jurídica, <u>efetua a revisão legal de contas de uma entidade</u>, registada como <u>sociedade de revisores oficiais de contas</u> em qualquer Estado-Membro;</p> <p>e) «Entidade de auditoria de país terceiro», a entidade que, independentemente da sua forma jurídica, <u>efetua a auditoria de contas de uma entidade com sede fora da</u></p>

<sup>4</sup> No texto da proposta de lei, o artigo tem um n.º 1 mas não tem mais números. Contactado o Governo, foi confirmado o lapso em apreço, devendo o **artigo passar a ter apenas corpo e alíneas**.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>sociedade com sede fora da União Europeia, que não esteja registada como entidade de auditoria em qualquer Estado-Membro;</p> <p>f) «Estado-Membro», Estado-Membro da União Europeia;</p> <p>g) «Estado-Membro de acolhimento»:</p> <p>i) O Estado-Membro em que um auditor, aprovado no seu Estado-Membro de origem, pretende ser igualmente inscrito nos termos do artigo 166.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; ou</p> <p>ii) O Estado-Membro em que uma entidade de auditoria, aprovada no seu Estado-Membro de origem, pretende inscrever-se ou está inscrito nos termos do artigo 171.º-A do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;</p> <p>h) «Estado-Membro de origem», o Estado-Membro em que um auditor ou uma entidade de auditoria tenha obtido a sua primeira aprovação;</p> <p>i) «Funções de interesse público», as definidas no <b>artigo 41.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas</b><sup>5</sup>;</p> <p>j) «Médias empresas», as empresas que não sejam microempresas nem pequenas empresas e que, à data do balanço, não excedam os limites de, pelo menos, dois dos três critérios seguintes:</p> <p>i) Total do balanço: € 20 000 000;</p> <p>ii) Volume de negócios líquido: € 40 000 000;</p> <p>iii) Número médio de empregados durante o período: 250;</p> <p>k) «Normas internacionais de auditoria», as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), a Norma Internacional sobre Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e outras normas conexas emitidas pela Federação Internacional dos Contabilistas (IFAC) através do International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), na medida em que sejam relevantes para a revisão legal das contas;</p>	<p>União Europeia, que não esteja registada como <u>sociedade de revisores oficiais de contas</u> em qualquer Estado-Membro;</p> <p>f) «Estado-Membro», Estado-Membro da União Europeia;</p> <p>g) «Estado-Membro de acolhimento»:</p> <p>i) O Estado-Membro em que um <u>revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que tenha obtido aprovação</u> no seu Estado-Membro de origem, pretende ser igualmente inscrito nos <u>termos do Estatuto</u> da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;</p> <p>ii) [Eliminar].</p> <p>h) «Estado-Membro de origem», o Estado-Membro em que um <u>revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas</u> tenha obtido a sua primeira aprovação;</p> <p>j) «Médias entidades», as entidades definidas no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.<sup>6</sup></p> <p><b>Proposta da ASF quanto à alínea k):</b>  Propõe a “manutenção da designação oficial em língua inglesa desta entidade (International Federation of Accountants), à semelhança da opção adotada em relação aos restantes organismos internacionais mencionados nesta e na alínea seguinte”.</p>

<sup>5</sup> Importa verificar a redação que resultar da [Proposta de Lei n.º 292/XII/4.ª \(GOV\)](#) - *Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais* (o artigo da PPL correspondente ao artigo atualmente em vigor é o [artigo 42.º](#)).

<sup>6</sup> N.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na sua redação atual:

3 - Consideram-se médias entidades aquelas que, de entre as referidas no artigo 3.º, excluindo as situações referidas nos números anteriores, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes: a) Total do balanço: (euro) 20 000 000; b) Volume de negócios líquido: (euro) 40 000 000; c) Número médio de empregados durante o período: 250.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>l) «Normas internacionais de contabilidade», as normas internacionais de contabilidade (IAS - International Accounting Standards), as normas internacionais de informação financeira (IFRS - International Financial Reporting Standards) e as interpretações conexas (Interpretações SIC-IFRIC), alterações subsequentes a essas normas e interpretações conexas, e normas futuras e interpretações conexas emitidas ou adotadas pelo International Accounting Standards Board (IASB);</p> <p>m) «Órgão de fiscalização»,</p> <p>i) No caso das sociedades anónimas e de outras entidades que adotem, por imposição legal ou estatutária, um dos modelos de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais, o conselho fiscal, a comissão de auditoria ou o conselho geral e de supervisão;</p> <p>ii) Noutras entidades, outros órgãos que desempenhem funções de fiscalização análogas às exercidas pelos órgãos mencionados na alínea anterior;</p> <p>n) «Pequenas empresas», as empresas que, à data do balanço, não excedam os limites de, pelo menos, dois dos três critérios seguintes:</p> <p>i) Total do balanço: € 4 000 000;</p> <p>ii) Volume de negócios líquido: € 8 000 000;</p> <p>iii) Número médio de empregados durante o período: 50;</p> <p>o) «Pessoa que não exerça a profissão de ROC», a pessoa singular que, durante a sua participação no governo do sistema de supervisão pública e nos três anos imediatamente anteriores a essa participação, não tenha executado revisão legal das contas, não tenha sido titular de direitos de voto numa SROC ou equivalente, não tenha sido membro dos órgãos de administração ou de fiscalização de uma SROC ou equivalente, nem empregado ou associado a qualquer outro título de uma SROC ou equivalente;</p> <p>p) «Rede», a estrutura mais vasta:</p> <p>i) Que tem por objeto a cooperação, a que pertence um ROC ou uma SROC; e</p> <p>ii) Que tem por objetivo a partilha dos lucros e dos custos, ou a <b>partilha propriedade</b>, controlo ou gestão comuns, políticas e procedimentos de controlo interno de qualidade comuns, uma estratégia empresarial comum, a utilização de uma marca comum ou uma parte significativa dos recursos profissionais;</p>	<p><b>Proposta da ASF quanto à alínea l):</b>          Considera que “deverá clarificar-se se se pretenda fazer menção às IAS/IFRS na sua totalidade ou apenas às normas adotadas pela UE”.</p> <p><b>Proposta da ASF quanto à alínea o):</b>          A ASF desconhece “que tipo de entidade se pretende abranger com a expressão “... numa SROC ou equivalente”, não se encontrando tal abrangência prevista na Diretiva (vd. artigo 1.º, n.º 2, alínea g)).”.</p> <p><b>APFIPP sobre a subalínea ii) da alínea p):</b>          Lapsos de redação: onde se lê “partilha propriedade”, deve ler-se “partilha de propriedade”.</p> <p>n) «Pequenas entidades», as entidades definidas no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;<sup>7</sup></p>

<sup>7</sup> N.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na sua redação atual:

2 - Consideram-se pequenas entidades aquelas que, de entre as referidas no artigo 3.º, excluindo as situações referidas no número anterior, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes: a) Total do balanço: (euro) 4 000 000; b) Volume de negócios líquido: (euro) 8 000 000; c) Número médio de empregados durante o período: 50..

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>q) «Revisão legal das contas», a revisão das contas exercida em cumprimento de disposição legal ou estatutária;</p> <p>r) «Revisão voluntária de contas», a revisão de contas exercida em cumprimento de vinculação contratual;</p> <p>s) «Revisor Oficial de Contas» ou «ROC», a pessoa singular com inscrição junto da OROC, de acordo com o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, para realizar revisões legais de contas;</p> <p>t) «ROC do grupo», o ROC ou a SROC que realiza a revisão legal das contas consolidadas;</p> <p>u) «Sociedade de Revisores Oficiais de Contas» ou «SROC», a pessoa coletiva com inscrição junto da OROC, de acordo com o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, para realizar revisões legais de contas;</p> <p>v) «Sócio ou sócios principais»:</p> <p>i) O ROC designado por uma SROC para um trabalho de auditoria como primeiro responsável pela execução da revisão legal ou voluntária de contas; ou</p> <p>ii) No caso da auditoria de um grupo, pelo menos o ROC designado por uma SROC como primeiro responsável pela execução da revisão legal ou voluntária de contas a nível do grupo e os ROC designados como primeiros responsáveis ao nível das filiais significativas; ou</p> <p>iii) O ROC ou os ROC que assinem a certificação legal das contas ou relatório de auditoria.</p>	<p>q) «Revisão legal <u>de</u> contas», a revisão <u>ou auditoria</u> das contas exercida em cumprimento de disposição legal, estatutária ou contratual que cumpra os requisitos <u>legais equivalentes aos aplicáveis à revisão de contas exercida em cumprimento de disposição legal</u>;</p> <p>r) <u>[Eliminar]</u>;</p> <p>v) <u>[...]</u>:</p> <p>i) O <u>revisor ou revisores oficiais de contas designados</u> por uma SROC para um trabalho de <u>revisão legal de contas como primeiros responsáveis pela execução dessa revisão legal</u> de contas; ou</p> <p>ii) No caso da <u>revisão legal de contas</u> de um grupo, pelo menos o <u>revisor ou revisores oficiais de contas designados</u> por uma SROC como <u>primeiros responsáveis pela execução da revisão legal</u> de contas a nível do grupo e os ROC designados como primeiros responsáveis ao nível das filiais significativas; ou</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 3.º</b> <b>Entidades de interesse público</b></p> <p>Para efeitos do presente regime jurídico e do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, são qualificadas como entidade de interesse público as seguintes entidades:</p> <p>a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado;</p> <p>b) As instituições de crédito que estejam obrigadas à revisão legal das contas;</p> <p>c) As empresas de investimento;</p> <p>d) Os organismos de investimento coletivo sob forma contratual e societária, previstos no regime geral dos organismos de investimento coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro;</p> <p>e) As sociedades de capital de risco, as sociedades de investimento em capital de risco e os fundos de capital de risco, previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março;</p> <p>f) As sociedades de investimento alternativo especializado e os fundos de investimento alternativo especializado, previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março;</p> <p>g) As sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos;</p> <p>h) As empresas de seguros e de resseguros;</p> <p>i) As sociedades gestoras de participações sociais, quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes confirmam a maioria dos direitos de voto nas instituições</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 3.º:</b> Propõe que passe a constar como artigo 3.º do articulado da PPL, com as seguintes alterações de redação:</p> <p>Para efeitos <u>da presente lei, do regime jurídico referido no artigo anterior</u> e do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, são qualificadas como entidade de interesse público as seguintes entidades:</p> <p>b) As instituições de crédito que estejam obrigadas à revisão legal <u>de contas e que sejam empresas cuja atividade consiste em aceitar do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis e em conceder crédito por conta própria, com exceção das “Caixas Económicas” existentes em 1 de janeiro de 1986 (excetuando, por um lado, as que revestem a forma de sociedades anónimas e, por outro, a “Caixa Económica Montepio Geral”)</u>;</p> <p><b>Proposta do BdP quanto à alínea b):</b> b) “As instituições de crédito”;</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>de crédito referidas na alínea b);</p> <p>j) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participação de seguros mista;</p> <p>k) Os fundos de pensões;</p> <p>l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a € 50 000 000, ou um ativo líquido total superior a € 300 000 000.</p>	<p><b>Proposta da ASF quanto à alínea j):</b></p> <p>j) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participações de seguros mistas;</p> <p><b>OTOC sobre a alínea l):</b></p> <p>l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, <u>apresentem dois dos três indicadores seguintes: i) um volume de negócios superior a € 150 000 000; (ii) um ativo líquido total superior a € 300 000 000; iii) um número de trabalhadores superior a 250.</u></p>

**Artigo 4.º**  
**Atribuições da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários**

1 - Constitui atribuição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a supervisão pública de ROC, de SROC, de auditores e de entidades de auditoria de Estados-Membros e de países terceiros registados em Portugal nos termos previstos no presente regime jurídico e demais disposições legais aplicáveis, bem como de toda a atividade de auditoria por eles desenvolvida.

2 - A atribuição prevista no número anterior inclui a supervisão final de todas as entidades e atividades relativamente às quais a OROC possua igualmente atribuições, incluindo a supervisão dos procedimentos e atos de inscrição assegurados pela OROC e dos sistemas de controlo de qualidade por esta implementados nos termos e para os efeitos do seu Estatuto.

3 - A atribuição de competência à OROC em matéria de supervisão de auditoria nos termos do seu Estatuto não prejudica as atribuições de supervisão da CMVM previstas no n.º 1.

**BdP quanto ao artigo 4.º:**

Manifesta reservas “relativamente à abrangência e articulação de competências entre a OROC e a CMVM [...], e, em especial, sobre a competência da CMVM para sancionar a OROC”.

**IPCG sobre o n.º 1:**

Defende que “a supervisão dos auditores deverá ser atribuída a uma entidade autónoma ou, a persistir-se na solução de ser inserta num regulador já existente, terá que assentar no princípio de total segregação de pessoas e meios, com reserva de acesso à informação”.

**Proposta da OROC quanto ao artigo 4.º:**

1 - Constitui atribuição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), através do Conselho de Supervisão de Auditores, a supervisão pública de ROC e de SROC, nacionais e de Estados-Membros e de auditores e de entidades de auditoria de países terceiros registados em Portugal nos termos previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de toda a atividade de auditoria por eles desenvolvida em Portugal.

2 - A atribuição prevista no número anterior inclui a supervisão final dos processos de aprovação e do registo dos ROC e das SROC, da adoção de normas em matéria de deontologia profissional e de controlo de qualidade interno das SROC, da formação contínua, dos sistemas de controlo de qualidade, da inspeção e das sanções aplicáveis aos ROC e às SROC, a qual será exercida nos termos do presente regime jurídico.

3 - A atribuição de competência à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) em matéria de supervisão de auditoria nos termos do seu Estatuto não prejudica as atribuições de supervisão da CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, previstas no n.º 1, devendo ser definida a necessária articulação através de regulamento que será elaborado conjuntamente pela CMVM e pela OROC ou pelo Ministério das Finanças.

**Proposta da ASF de um (NOVO) n.º 4:**

4 – A atribuição prevista no n.º 1 não prejudica as atribuições e competências legalmente reconhecidas ao Banco de Portugal, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, à OROC e à Inspeção-Geral de Finanças.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>4 - Cabe exclusivamente à CMVM, entre outras atribuições legalmente definidas pela legislação nacional e europeia:</p> <p>a) Assegurar o controlo de qualidade e os sistemas de inspeção dos ROC e SROC sobre auditores que realizem a revisão legal das contas de entidades de interesse público, bem como as inspeções sobre os demais auditores que decorram de denúncia de outra autoridade nacional ou estrangeira;</p> <p>b) Avaliar o desempenho do órgão de fiscalização de entidades de interesse público, nos termos previstos no artigo 27.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;</p> <p>c) Emitir os regulamentos necessários sobre as matérias compreendidas no âmbito da sua esfera de atuação, consultando a Ordem para o efeito;</p> <p>d) Instruir e decidir processos de contraordenação, incluindo aplicar sanções de carácter contraordenacional.</p> <p>5 - A CMVM é a autoridade nacional designada nos termos do artigo 20.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p> <p>6 - No caso das entidades de interesse público, a CMVM e a Rede Europeia da Concorrência (ECN), se necessário, acompanham regularmente a evolução do mercado de prestação de serviços de revisão legal das contas e avaliam-no nos termos previstos no artigo 27.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p>	<p>4 - Cabe à CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, entre outras atribuições legalmente definidas pela legislação nacional e europeia e sem prejuízo das atribuições da OROC:</p> <p>a) Assegurar o controlo de qualidade e os sistemas de inspeção dos ROC e SROC que realizem a revisão legal das contas de entidades de interesse público, bem como as inspeções sobre os ROC e SROC que decorram de denúncia de outra autoridade nacional ou estrangeira;</p> <p>c) Emitir os regulamentos necessários sobre as matérias compreendidas no âmbito da sua esfera de atuação, que serão elaborados em conjunto com a Ordem para o efeito ou definidos pelo Ministério das Finanças;</p> <p>d) Instruir e decidir processos de contraordenação, incluindo aplicar sanções de carácter contraordenacional, após verificação de que o mesmo facto não foi objeto de processo sancionatório na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.</p> <p>6 - No caso das entidades de interesse público, a CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores e a Rede Europeia da Concorrência (ECN), se necessário, acompanham regularmente a evolução do mercado de prestação de serviços de revisão legal das contas e avaliam-no nos termos previstos no artigo 27.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 5.º</b> <b>Proteção de dados pessoais</b></p> <p>O tratamento de dados pessoais no quadro da aplicação nacional do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, rege-se pelo disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, e no Regulamento (CE) n.º 45/2001, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000.</p>	

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p align="center"><b>CAPÍTULO III<sup>8</sup></b> <b>Acesso e registo</b></p>	
<p align="center"><b>SECÇÃO I</b> <b>Disposições genéricas</b></p>	
<p align="center"><b>Artigo 6.º</b> <b>Registo para o exercício de funções de interesse público</b></p> <p>1 - Sem prejuízo da inscrição na OROC, cabe à CMVM proceder ao registo de ROC, SROC e auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros e de países terceiros que pretendam exercer funções de interesse público, nos termos definidos no presente regime jurídico.</p> <p>2 - Só podem exercer funções de interesse público os ROC, SROC, auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros e de países terceiros que se encontrem registados na CMVM, nos termos e para os efeitos do presente regime jurídico.</p> <p>3 - A inscrição efetuada junto da OROC pelos ROC, SROC, auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros que não pretendam exercer funções de interesse público assegura a sua qualificação para todos os efeitos e atividades não incluídas nas funções de interesse público.</p> <p>4 - A CMVM pode desenvolver por regulamento o conteúdo dos requisitos referidos no presente capítulo para o registo e exercício de funções de interesse público, designadamente no que respeita ao registo de ROC e SROC e de auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros e de países terceiros que auditem entidades de interesse público.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 6.º:</b></p> <p>(NOVO) 1 – <u>Compete à CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, assegurar a supervisão dos processos de aprovação e de registo de ROC e SROC autorizadas a efetuar revisões legais de contas de entidades sediadas em Portugal, os quais são assegurados pela OROC, nos termos dos seus estatutos.</u></p> <p>1 - <u>Sem prejuízo da inscrição na OROC, cabe à CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, proceder ao registo de auditores e entidades de auditoria de países terceiros que emitam relatórios de auditoria referentes a entidades não sediadas em Portugal mas com valores mobiliários admitidos a cotação em mercado regulamentado em Portugal.</u></p> <p>2 - [Eliminar].</p> <p>3 - [Eliminar].</p> <p>4 - <u>O Conselho de Supervisão de Auditores pode desenvolver por regulamento o modo de realização da supervisão dos processos da aprovação e de registo previsto no n.º 1 do presente artigo bem como o conteúdo dos requisitos referidos no n.º 2 do presente artigo para o registo de auditores e entidades de auditoria de países terceiros que auditem <u>contas de entidades emittentes de valores mobiliários admitidos a negociação em mercado regulamentado em Portugal.</u></u></p> <p><b>CNPD sobre o artigo 6.º:</b> O Regulamento referido deve ser “objeto de parecer prévio por parte da CNPD”.</p>

<sup>8</sup> No texto da proposta de lei, o Capítulo consta como III. Contactado o Governo, foi confirmado o lapso em apreço, devendo o **Capítulo passar a ser Capítulo II, devendo ser igualmente reenumerados os Capítulos subsequentes.**

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
	<p><b>BdP quanto ao artigo 6.º:</b> Sugere “eliminar o registo junto da autoridade de supervisão de auditoria e prever que este desempenhe o papel de supervisora (podendo, nomeadamente, determinar oficiosamente registos) também relativamente à função de registo, a qual seria desempenhada (em exclusivo) pela OROC”.</p> <p><b>ASF sobre o artigo 6.º:</b> Considera que “esta matéria mereceria uma ponderação alargada, envolvendo todas as partes interessadas, com relevo para a própria OROC, sublinhando que [...] o direito europeu confere margem aos Estados-Membros para uma delegação das funções que incumbem à autoridade de supervisão competente. Poderia, assim, ponderar-se uma eventual manutenção do regime vigente, nos termos do qual a entidade de supervisão apenas é responsável pela “supervisão do registo” da OROC”.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 7.º</b> <b>Requisitos do registo</b></p> <p>O registo junto da CMVM referido no n.º 1 do artigo anterior é efetuado pela CMVM mediante requerimento do interessado e organizado com base nos elementos e na comunicação referidos no artigo 9.º.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 7.º:</b> O <u>registo</u> referido no n.º 1 do artigo anterior é <u>efetuado mediante</u> requerimento do interessado e organizado com base nos elementos e na comunicação referidos no artigo 9.º.</p> <p><b>CNPD sobre o artigo 7.º:</b> O Regulamento referido deve ser “objeto de parecer prévio por parte da CNPD”.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 8.º</b> <b>Finalidades do registo</b></p> <p>O registo na CMVM nos termos do presente regime jurídico tem como finalidade assegurar o controlo prévio dos requisitos para o exercício de funções de interesse público e permitir a organização da supervisão.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 8.º:</b> O registo <u>referido no n.º 1 do artigo 6.º</u> tem como finalidade assegurar o controlo prévio dos requisitos para o exercício de funções de interesse público <u>em entidades estrangeiras mas com títulos admitidos a negociação em mercado regulamentado em Portugal</u> e permitir a organização da <u>sua</u> supervisão.</p> <p><b>CNPD sobre o artigo 8.º:</b> O Regulamento referido deve ser “objeto de parecer prévio por parte da CNPD”.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p align="center"><b>SECÇÃO II</b></p> <p><b>Registo de revisores oficiais de contas e de sociedades de revisores oficiais de contas</b></p>	<p><b>Proposta da OROC quanto à Secção II (artigos 9.º a 14.º):</b> [Eliminar].</p>
<p align="center"><b>Artigo 9.º</b></p> <p align="center"><b>Instrução e procedimento de registo</b></p> <p>1 - Para os efeitos do disposto no artigo anterior os ROC e SROC apresentam junto da CMVM requerimento de registo segundo modelo disponibilizado pela CMVM e acompanhado dos documentos que suportem as informações nele contidas.</p> <p>2 - Para efeitos de atribuição do registo na CMVM, esta pode solicitar informação adicional à referida no número anterior que se mostre necessária para aquela decisão.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 9.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos de informação.</p>
<p align="center"><b>Artigo 10.º</b></p> <p align="center"><b>Comunicação de inscrição pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas</b></p> <p>1 - Na sequência do pedido de registo do ROC ou SROC junto da CMVM, esta solicita à OROC o processo de inscrição do requerente junto daquela para efeitos de instrução do pedido efetuado junto da CMVM.</p> <p>2 - A OROC comunica os elementos pedidos pela CMVM no prazo de cinco dias contados da apresentação do pedido.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 10.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos eventuais tratamentos de dados pessoais.</p>
<p align="center"><b>Artigo 11.º</b></p> <p align="center"><b>Decisão</b></p> <p>1 - A decisão da CMVM é notificada ao requerente no prazo de 30 dias a contar da data da receção do pedido devidamente instruído.</p> <p>2 - O prazo referido no número anterior suspende-se por efeito da notificação referida no n.º 2 do artigo seguinte e pelo período aí previsto.</p> <p>3 - A falta de notificação no prazo referido no n.º 1 não constitui deferimento tácito do pedido.</p>	

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 12.º</b> <b>Recusa do registo</b></p> <p>1 - A CMVM recusa o registo sempre que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) O pedido não tiver sido instruído com todos os documentos e elementos necessários;</li><li>b) Tiverem sido prestadas falsas declarações;</li><li>c) Não estiverem preenchidos os requisitos relativos à idoneidade, qualificação, experiência profissional e adequação de meios humanos, materiais, financeiros e organizacionais exigíveis para o exercício da atividade.</li></ul> <p>2 - Havendo fundamento para a recusa do registo, a CMVM, antes de o recusar, notifica o requerente, dando-lhe o prazo máximo de 10 dias para suprir a insuficiência do processo, quando apropriado, e para se pronunciar quanto à apreciação da CMVM.</p>	<p><b>BdP quanto à alínea c) do n.º 1:</b> Considera “ser de prever no texto [...] os requisitos necessários para o exercício da profissão ou atividade económica de ROC/SROC”.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 13.º</b> <b>Cancelamento e suspensão do registo</b></p> <p>1 - Constituem fundamento de cancelamento de registo pela CMVM:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) A verificação de circunstâncias que obstarão ao registo, se as mesmas não tiverem sido sanadas no prazo fixado pela CMVM;</li><li>b) O registo ter sido obtido com recurso a falsas declarações ou a qualquer outro meio irregular.</li></ul> <p>2 - Se, pela sua natureza, o facto ou situação determinantes do cancelamento do registo, nos termos do número anterior, não afetar definitivamente a qualificação técnica, idoneidade ou a independência do ROC ou da SROC e puder ser sanado em prazo razoável, a CMVM pode, em alternativa, suspender o registo pelo período que considere adequado.</p> <p>3 - A CMVM pode ainda suspender ou cancelar o registo de ROC ou SROC a pedido do próprio.</p> <p>4 - A CMVM pode prorrogar o prazo referido na alínea a) do n.º 1, mediante pedido do requerente devidamente fundamentado.</p> <p>5 - O ROC ou SROC cujo registo tenha sido cancelado não pode requerer novo registo antes de decorridos dois anos sobre a data da decisão de cancelamento.</p>	<p><b>BdP quanto ao n.º 2:</b> Defende “ser de prever [...] uma listagem de motivos que permitam fundamentar a aplicação de uma medida de suspensão, que terão de ser necessariamente menos gravosos do que aqueles que fundamentam um cancelamento”.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 14.º</b> <b>Comunicação de alterações</b></p> <p>As alterações aos elementos que integram o pedido de inscrição devem ser comunicadas pela OROC à CMVM no prazo de três dias após o respetivo averbamento na OROC.</p>	
<p style="text-align: center;"><b>SECÇÃO III</b> <b>Entidades de auditoria de outros Estados-Membros</b></p>	<p><b>Proposta da OROC quanto à Secção III (artigo 15.º):</b> [Eliminar].</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 15.º</b> <b>Registo de entidades de auditoria de outros Estados-Membros</b></p> <p>1 - As entidades de auditoria aprovadas em qualquer Estado-Membro podem efetuar revisões legais ou voluntárias de contas em Portugal, desde que:</p> <p>a) O sócio principal que realiza a revisão legal ou voluntária de contas em seu nome seja um ROC;</p> <p>b) Estejam inscritas na OROC.</p> <p>2 - Mediante requerimento, a CMVM regista, para efeitos do exercício de funções de interesse público, a entidade de auditoria de Estado-Membro após confirmação de que a mesma está inscrita junto da OROC.</p> <p>3 - Para efeitos do registo previsto no número anterior, a OROC deve comunicar à CMVM o processo de inscrição no prazo de cinco dias a contar do pedido desta.</p> <p>4 - A CMVM pode desenvolver as diligências que entender adequadas à confirmação do registo da entidade de auditoria junto da autoridade competente do Estado-Membro de origem.</p> <p>5 - A CMVM informa a autoridade competente do Estado-Membro de origem do registo da entidade de auditoria.</p> <p>6 - A CMVM pode recusar, suspender ou revogar o registo de entidade de auditoria de Estado-Membro quando entender não estarem verificados os respetivos requisitos.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 15.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos em questão.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>7 - As entidades de auditoria habilitadas para o exercício da atividade de auditoria em outro Estado-Membro, que apresentem relatório de auditoria de contas individuais ou consolidadas de uma sociedade com sede num outro Estado-Membro, emitente de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado em Portugal, não estão sujeitos a registo junto da CMVM, podendo esta no entanto exigir à sociedade emitente que demonstre a habilitação da entidade em causa para o exercício da atividade de auditoria no Estado-Membro de origem.</p>	<p><b><u>BdP quanto ao n.º 7:</u></b> Considera não haver “justificação para serem retiradas da esfera de responsabilidade da OROC e pass[ar]em para a CMVM”, nomeadamente a definição do regime em apreço.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>SECÇÃO IV</b> <b>Audidores e entidades de auditoria de países terceiros</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Artigo 16.º</b> <b>Registo de auditores e entidades de auditoria autorizadas a exercer a atividade de revisão de contas em país terceiro</b></p> <p>1 - Os auditores e entidades de auditoria de países terceiros que apresentem relatório de auditoria das contas individuais ou consolidadas de uma entidade com sede fora da União Europeia e com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado em Portugal, devem ser registados na CMVM, sem prejuízo da isenção prevista no n.º 7.</p> <p>2 - Para efeitos do disposto no número anterior, só podem ser registadas entidades de auditoria de países terceiros que, cumulativamente, respeitem os seguintes requisitos:</p> <p>a) A maioria dos membros dos órgãos de administração ou de direção da entidade de auditoria de país terceiro respeite requisitos equivalentes aos estabelecidos nas normas legais aplicáveis, relativas à idoneidade, qualificações académicas, submissão a exame e formação prática;</p> <p>b) O auditor de país terceiro que realiza a revisão legal das contas por conta da entidade de auditoria de país terceiro respeite requisitos equivalentes aos estabelecidos nas normas legais aplicáveis, relativas à idoneidade, qualificações académicas, submissão a exame e formação prática;</p> <p>c) Realizem as revisões legais das contas individuais ou consolidadas previstas no número anterior de acordo com normas de auditoria aplicáveis em Portugal, bem como em consonância com os requisitos de independência, objetividade, preparação e avaliação das ameaças à independência e de fixação de honorários estabelecidos na lei portuguesa ou com normas e requisitos equivalentes;</p> <p>d) Publiquem no seu sítio na Internet um relatório anual de prestação de informação nos termos do artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, ou cumpram requisitos de divulgação equivalentes.</p> <p>3 - Para efeitos do disposto no n.º 1, só podem ser registados auditores de países terceiros que cumpram os requisitos estabelecidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior.</p> <p>4 - Sob reserva de reciprocidade, a CMVM pode aprovar como revisor oficial de contas um auditor de país terceiro, se essa pessoa demonstrar que cumpre requisitos</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 1:</b> 1 - Os auditores e entidades de auditoria de países terceiros que apresentem relatório de auditoria das contas individuais ou consolidadas de uma entidade com sede fora da União Europeia e com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado em Portugal, devem ser registados na CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, sem prejuízo da isenção prevista no n.º 7.</p> <p><b>CNPD sobre o artigo 16.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos em questão.</p> <p><b>BdP quanto ao artigo 16.º:</b> Considera não haver “justificação para serem retiradas da esfera de responsabilidade da OROC e pass[ar]em para a CMVM”, nomeadamente a definição do regime de reconhecimento em apreço.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>equivalentes aos estabelecidos na alínea b) do n.º 2.</p> <p>5 - Até à data em que a Comissão adote o ato nos termos do n.º 6 do artigo 45.º da Diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, alterada pela Diretiva n.º 2014/56/UE, a CMVM avalia a equivalência a que se refere a alínea c) do n.º 2.</p> <p>6 - A CMVM pode, com base no princípio da reciprocidade, não aplicar ou alterar os requisitos previstos no n.º 1 se o auditor ou a entidade de auditoria de país terceiro estiverem submetidos, no seu país de origem, a sistemas de supervisão pública, de controlo de qualidade e de inspeção e de regime sancionatório que cumpram os requisitos equivalentes aos previstos nas normas legais aplicáveis.</p> <p>7 - Estão isentos do registo os auditores e as entidades de auditoria de países terceiros que apresentem relatório de auditoria das contas individuais ou consolidadas previsto no n.º 1, relativo a entidade que apenas seja emitente de títulos de dívida por reembolsar:</p> <p>a) Admitidos à negociação num mercado regulamentado situado ou a funcionar num Estado-Membro, antes de 31 de dezembro de 2010, e com valor nominal unitário, na data de emissão, igual ou superior a € 50 000 ou, no caso de títulos de dívida denominados em moeda estrangeira, equivalente, na data de emissão, a pelo menos € 50 000; ou</p> <p>b) Admitidos à negociação num mercado regulamentado situado ou a funcionar num Estado-Membro, depois de 31 de dezembro de 2010, e com valor nominal unitário, na data de emissão, igual ou superior a € 100 000 ou, no caso de títulos de dívida denominados em moeda estrangeira, equivalente, na data de emissão, a pelo menos, € 100 000.</p>	

**Artigo 17.º**

**Instrução do pedido de registo de auditores e entidades de auditoria autorizadas a exercer a atividade de revisão de contas em país terceiro**

1 - O pedido de registo junto da CMVM de auditores de países terceiros mencionado no artigo anterior deve ser instruído, nomeadamente com os seguintes elementos atualizados:

- a) Identificação completa, incluindo nome, nacionalidade e domicílio profissional;
- b) Endereço de sítio na Internet, quando existente;
- c) Identificação da autoridade de país terceiro competente para o registo de auditores, incluindo o respetivo endereço e demais dados de contacto, bem como do seu número de registo junto da mesma;
- d) Identificação de autoridades de Estado-Membros onde se encontre registada e dos seus números de registo junto das mesmas, se aplicável;
- e) Informação sobre o cumprimento de requisitos equivalentes aos estabelecidos nas normas legais aplicáveis, relativos à idoneidade, qualificações académicas, submissão a exame e estágio prático;
- f) Identificação das entidades do país terceiro que sejam suas clientes e que tenham valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal; e
- g) Informação que demonstre a aplicação das normas internacionais de auditoria e dos requisitos de independência, objetividade e fixação de honorários em vigor em Portugal, ou outros equivalentes, na prestação de serviços de auditoria a entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal.

2 - O pedido de registo de entidade de auditoria de país terceiro na CMVM deve incluir os seguintes elementos atualizados:

- a) Identificação completa, incluindo firma, forma jurídica, nacionalidade e sede;
- b) Endereço de sítio na Internet, quando existente;
- c) Identificação dos seus sócios, da composição dos seus órgãos sociais e da pessoa de contacto;
- d) Identificação da autoridade de país terceiro competente para o registo de auditores, incluindo o seu endereço e demais dados de contacto, e do seu número de registo junto da mesma;
- e) Identificação de autoridades de Estados-Membros onde se encontre registada e dos seus números de registo junto das mesmas, se aplicável;
- f) Informação sobre o cumprimento de requisitos equivalentes aos estabelecidos nas normas legais nacionais, relativos à idoneidade, qualificações académicas,

**Proposta da OROC quanto ao n.º 1:**

1 - O pedido de registo junto da CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, de auditores de países terceiros mencionado no artigo anterior deve ser instruído, nomeadamente com os seguintes elementos atualizados:

**Proposta da OROC quanto ao n.º 2:**

2 - O pedido de registo de entidade de auditoria de país terceiro deve incluir os seguintes elementos atualizados:

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>submissão a exame e estágio prático, pela maioria dos membros dos seus órgãos de administração e pelos auditores que, em seu nome, realizem a revisão legal das contas a entidades de país terceiro com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal;</p> <p>g) Identificação das entidades do país terceiro que sejam suas clientes e que tenham valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal;</p> <p>h) Identificação dos sócios responsáveis pela prestação de serviços de auditoria a entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal, se aplicável; e</p> <p>i) Informação que demonstre a aplicação das normas internacionais de auditoria e dos requisitos de independência, objetividade e fixação de honorários em vigor em Portugal, ou outros equivalentes, na prestação de serviços de auditoria a entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal.</p> <p>3 - A CMVM pode dispensar a prestação de informações referidas na alínea g) do n.º 1 e na alínea i) do número anterior, na medida em que a equivalência das normas de auditoria e dos requisitos de independência, objetividade e fixação de honorários aplicados tenha sido confirmada pela Comissão Europeia ou por entidade competente de outro Estado-Membro.</p> <p>4 - O requerimento de registo deve obedecer ao modelo disponibilizado pela CMVM e acompanhado dos documentos que suportem as informações nele contidas.</p> <p>5 - O requerimento de registo e demais documentos de suporte devem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa.</p> <p>6 - Aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos referentes ao registo de ROC e SROC.</p> <p>7 - A lista atualizada de auditores e entidades de auditoria de países terceiros registados na CMVM é disponibilizada no sítio na Internet da CMVM.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 3 a 7:</b></p> <p>3 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode dispensar a prestação de informações referidas na alínea g) do n.º 1 e na alínea i) do número anterior, na medida em que a equivalência das normas de auditoria e dos requisitos de independência, objetividade e fixação de honorários aplicados tenha sido confirmada pela Comissão Europeia ou por entidade competente de outro Estado-Membro.</p> <p>4 - O requerimento de registo deve obedecer ao modelo disponibilizado pela CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, e acompanhado dos documentos que suportem as informações nele contidas.</p> <p>6 - Aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto <u>no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no que respeita ao registo de ROC e SROC</u>.</p> <p>7 - A lista atualizada de auditores e entidades de auditoria de países terceiros registados <u>junto da CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, é disponibilizada no sítio na Internet deste conselho.</p> <p><b>CNPD sobre o artigo 17.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos em questão.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 18.º</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Registo de auditores e entidades de auditoria de países terceiros</b></p> <p>1 - São aplicáveis ao registo junto da CMVM de auditores e entidades de auditoria referidos no artigo 138.º do EOROC, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos referentes ao registo de revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas.</p> <p>2 - Sob reserva de reciprocidade, a CMVM pode aprovar um auditor de um país terceiro como revisor oficial de contas, se essa pessoa demonstrar que cumpre requisitos equivalentes aos estabelecidos na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 18.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos em questão.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 18.º:</b> [Eliminar].</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 19.º</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Efeitos do registo de auditores e entidades de auditoria de países terceiros</b></p> <p>1 - Os auditores e as entidades de auditoria de países terceiros registados junto da CMVM e que não tenham sido previamente registados noutra Estado-Membro estão sujeitos aos sistemas de controlo de qualidade, de inspeção e de sanções previstos e aplicáveis à atividade de auditoria em Portugal.</p> <p>2 - Os relatórios de auditoria e documentos de certificação legal das contas individuais ou das contas consolidadas emitidos por auditores ou entidades de auditoria de países terceiros que não se encontrem registados em Portugal não têm qualquer valor jurídico, salvo disposição legal em contrário.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 19.º:</b> [Eliminar].</p> <p><b>CNPD sobre o artigo 19.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos em questão.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<b>SECÇÃO V</b> <b>Registo público</b>	
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 20.º</b> <b>Divulgação do registo</b></p> <p>1 - A CMVM assegura a organização e divulgação pública e centralizada do registo de:</p> <p>a) ROC e SROC;</p> <p>b) Auditores e entidades de auditoria de Estados-Membros e de países terceiros.</p> <p>2 - Sempre que aplicável, o registo é elaborado pela CMVM com base nos elementos que lhe são comunicados pela OROC nos termos do artigo 10.º, bem como, quando aplicável, dos elementos solicitados pela CMVM nos termos do n.º 2 do artigo 9.º.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 20.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos de dados pessoais.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 20.º:</b> 1 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, assegura a <u>divulgação pública</u> e centralizada do registo de:</p> <p>a) ROC e SROC <u>mediante informação fornecida pela OROC</u>;</p> <p>b) Auditores e entidades de <u>auditoria de países terceiros</u>.</p> <p>2 - <u>[Eliminar]</u>.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 21.º</b> <b>Conteúdo do registo público</b></p> <p>1 - O registo público referido no artigo anterior identifica cada pessoa registada através de um número específico.</p> <p>2 - As informações do registo público são inscritas e mantidas sob forma eletrónica e são objeto de divulgação pública.</p> <p>3 - Para além dos factos e informações referidos nos números seguintes, o registo público contém a designação e o endereço das entidades responsáveis pela aprovação, pelo controlo de qualidade, pelas inspeções, regime sancionatório e supervisão pública das pessoas registadas.</p> <p>4 - O registo público dos ROC contém as seguintes informações:  a) Nome, domicílio profissional e número de registo;  b) Caso aplicável, a firma, a sede, o endereço do sítio na Internet e o número de registo da SROC que emprega o ROC ou com a qual se encontra associado na qualidade de sócio ou a qualquer outro título;  c) Todos os demais registos junto das autoridades competentes de outros Estados-Membros e de países terceiros, incluindo os nomes das autoridades de registo e, se existirem, os números de registo.</p> <p>5 - O registo público de SROC contém as seguintes informações:  a) Firma, sede e número do registo;  b) Forma jurídica;  c) Informações sobre os contactos, a principal pessoa de contacto e, se for caso disso, o endereço na Internet;  d) Endereço de cada escritório em Portugal;  e) Nome e número de registo de todos os ROC empregados pela SROC ou a ela associados na qualidade de sócio ou a qualquer outro título;  f) Nomes e domicílios profissionais de todos os sócios ou acionistas;  g) Nomes e domicílios profissionais de todos os membros dos órgãos de administração ou de direção;  h) Caso aplicável, a identificação da rede, nacional ou internacional, a que pertence;  i) Todos os demais registos junto das autoridades competentes de outros Estados-Membros e de países terceiros, incluindo os nomes das autoridades de registo e, se existirem, os números de registo;</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 21.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos de dados pessoais.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 21.º:</b>  1 - O conteúdo do registo público referido na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior obedece aos requisitos definidos no EOROC.</p> <p>2 - [Eliminar].</p> <p>3 - [Eliminar].</p> <p>4 - [Eliminar].</p> <p>5 - [Eliminar].</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>j) Caso aplicável, a indicação de que a SROC está inscrita nos termos previstos no <a href="#">artigo 171.º-A do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas</a><sup>9</sup>.</p> <p>6 - Os auditores e entidades de auditoria de países terceiros integram uma lista específica contendo os elementos atrás enumerados, respetivamente, para os ROC e SROC.</p> <p>7 - As entidades de auditoria de Estados-Membros integram uma lista específica contendo os elementos enumerados no n.º 5 para as SROC.</p>	<p>6 - Os auditores e entidades de auditoria de países terceiros, <u>previstos no artigo 16.º acima</u>, integram uma lista específica contendo os elementos <u>definidos no número anterior</u>, respetivamente, para os ROC e SROC.</p> <p>7 - <u>[Eliminar]</u>.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 22.º</b> <b>Divulgação pública</b></p> <p>1 - As informações do registo público são inscritas e mantidas sob forma eletrónica e estão acessíveis ao público no sítio na Internet da CMVM.</p> <p>2 - A solicitação fundamentada de qualquer interessado, a CMVM, ouvida a OROC, pode autorizar a não divulgação das informações constantes do registo público, na medida necessária para atenuar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal de qualquer pessoa.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 22.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos de dados pessoais.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 22.º:</b> 1 - As informações do registo público são inscritas e mantidas sob forma eletrónica e estão acessíveis ao público no sítio na Internet <u>do Conselho de Supervisão de Auditores</u>.</p> <p>2 - A solicitação fundamentada de qualquer interessado, a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores, em articulação com a OROC</u>, pode autorizar a não divulgação das informações constantes do registo público, na medida necessária para atenuar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal de qualquer pessoa.</p>
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III</b> <b>Deveres de informação</b></p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao Capítulo III (artigos 23.º e 24.º):</b> <u>[Eliminar]</u>.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 23.º</b> <b>Relatório de transparência</b></p> <p>Os ROC e as SROC que realizam a auditoria às contas de entidades de interesse público, tal como definidas no artigo 3.º, elaboram e divulgam um relatório anual de transparência, nos termos e condições definidos no artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p>	

<sup>9</sup> Importa verificar a redação que resultar da [Proposta de Lei n.º 292/XII/4.ª \(GOV\)](#) (o artigo 171.º-A parece não existir).

**Artigo 24.º**

**Relatório adicional e dever de comunicação ao órgão de fiscalização**

1 - O ROC ou SROC que realize a revisão legal das contas de uma entidade de interesse público apresenta um relatório adicional ao órgão de fiscalização da entidade auditada o mais tardar na data da entrega da certificação legal das contas referida no [artigo 45.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas<sup>10</sup>](#).

2 - O relatório referido no número anterior tem o conteúdo e segue o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal das contas das entidades de interesse público.

3 - A pedido do ROC ou SROC ou do órgão de fiscalização, o ROC ou SROC debate com o órgão de fiscalização da entidade auditada as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas referidas no relatório adicional e, em particular, as referidas na alínea i) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

4 - A pedido da CMVM ou do órgão de fiscalização, o ROC ou SROC faculta de imediato o relatório adicional àquela autoridade de supervisão.

5 - O relatório adicional é ainda facultado a autoridades de supervisão e autoridades judiciárias que o requeiram no âmbito das respetivas atribuições.

6 - Os ROC ou as SROC que realizem auditoria às contas de entidades de interesse público devem:

a) Confirmar anualmente por escrito ao órgão de fiscalização da entidade auditada a sua independência relativamente à mesma;

b) Comunicar anualmente ao órgão de fiscalização da entidade auditada todos os serviços distintos de auditoria prestados à mesma; e

c) Examinar com o órgão de fiscalização da entidade auditada as ameaças à sua independência e as salvaguardas aplicadas para atenuar essas ameaças, documentadas nos termos da alínea b) do [artigo 71.º-B do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas<sup>11</sup>](#).

**BdP quanto ao n.º 4:**

Sugere a “disponibilização do relatório adicional ao órgão de fiscalização [...] à CMVM apenas enquanto entidade de supervisão de auditoria e não enquanto entidade supervisora de emitentes e do mercado financeiro”.

**Proposta da CMVM quanto às alíneas a) e b) do n.º 6:**

a) Confirmar anualmente por escrito ao órgão de fiscalização da entidade auditada que os seus sócios, bem como os dirigentes de topo e os dirigentes que executam a revisão legal de contas são independentes relativamente à mesma;

b) Comunicar anualmente ao órgão de fiscalização da entidade auditada todos os serviços distintos de auditoria prestados à mesma, sem prejuízo de tais serviços estarem sujeitos a aprovação prévia pelo mesmo; e

<sup>10</sup> Importa verificar a redação que resultar da [Proposta de Lei n.º 292/XII/4.ª \(GOV\)](#) (o artigo da PPL correspondente ao artigo atualmente em vigor é o [artigo 45.º](#)).

<sup>11</sup> Importa verificar a redação que resultar da [Proposta de Lei n.º 292/XII/4.ª \(GOV\)](#) (o artigo 71.º-B parece não existir).

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p align="center"><b>CAPÍTULO IV</b> <b>Supervisão, cooperação e informação</b></p>	
<p align="center"><b>Artigo 25.º</b> <b>Exercício da supervisão</b></p> <p>1 - No contexto das suas competências de supervisão de auditoria, a CMVM exerce os poderes e prerrogativas previstos no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, sendo aplicáveis, em particular e com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 355.º, 360.º a 362.º, 364.º a 366.º e 373.º a 377.º-A desse Código.</p> <p>2 - A CMVM pode, sempre que entenda necessário para assegurar a adequada supervisão pública da atividade de auditoria:</p> <p>a) Solicitar a prestação de quaisquer informações à OROC, que fica vinculada a prestá-las;</p> <p>b) Dar ordens e emitir recomendações concretas à OROC.</p> <p>3 - A CMVM participa às entidades competentes as infrações de que tome conhecimento no exercício das suas atribuições de supervisão de auditoria.</p>	<p><b>BdP quanto ao artigo 25.º:</b> Propõe “ponderar a eliminação de remissões da PPL para o CVM, podendo-se, em alternativa, importar as n normas do CVM que se entenda serem relevantes para o exercício da supervisão de auditoria, adaptando-as em conformidade com as especificidades da função de auditoria e evitando-se a utilização simultânea do CVM – e das respetivas práticas – como se o foco da autoridade competente da supervisão de auditoria fosse idêntico ao da autoridade competente de supervisão financeira”.</p> <p><b>ASF sobre o n.º 1:</b> Considera que, por “se tratar do diploma que irá regular a supervisão da atividade de auditoria, não se afigura adequado que as disposições centrais de tal supervisão sejam previstas por mera remissão para outro diploma”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 1 e 2:</b> 1 - No contexto das suas competências de supervisão de auditoria, a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, exerce os poderes e prerrogativas previstos nos Estatutos da CMVM.</p> <p>2 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode, sempre que entenda necessário para assegurar a adequada supervisão pública da atividade <u>dos auditores</u>, solicitar <u>aos ROC, SROC ou à OROC</u> informações que devam ser do seu conhecimento e que necessite para o eficiente desempenho das suas atribuições, de acordo com o regulamento de comunicação a aprovar nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da presente lei.</p> <p><b>OTOC sobre a alínea b) do n.º 2:</b> Recorda que “as Ordens profissionais são associações profissionais de direito público e de reconhecida autonomia pela Constituição da República Portuguesa, [sendo] absolutamente incompreensível tal subjugação de uma Ordem profissional a uma entidade reguladora”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 3:</b> 3 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, participa às entidades competentes as infrações de que tome conhecimento no exercício das suas atribuições de supervisão de auditoria.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>4 - Sempre que seja solicitada a realização de ações inspeção por autoridades competentes de outros Estados-Membros, as mesmas são conduzidas pela CMVM no desempenho das suas atribuições de supervisão de auditoria.</p> <p>5 - Mediante solicitação da autoridade competente do outro Estado-Membro, os respetivos representantes ou mandatários podem ser autorizados a acompanhar as ações previstas no número anterior.</p> <p>6 - As ações de inspeção e solicitações previstas nos <b>n.ºs 2 e 3</b> apenas podem ser recusadas quando:</p> <p>a) A inspeção aos ROC ou SROC possa afetar de modo negativo a soberania, a segurança ou a ordem pública portuguesas ou violar regras de segurança nacional;</p> <p>b) Já tiverem sido iniciados processos judiciais relativamente às mesmas medidas e contra os mesmos ROC ou SROC perante as autoridades nacionais;</p> <p>c) Tiver sido proferida em Portugal sentença transitada em julgado relativamente às mesmas medidas e contra os mesmos ROC ou SROC.</p> <p>7 - A CMVM pode solicitar a realização de ações de controlo de qualidade por autoridades competentes de outro Estado-Membro no território deste último, podendo também solicitar que os respetivos representantes ou mandatários possam ser autorizados a acompanhar as referidas ações.</p> <p>8 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à OROC em matéria de controlo de qualidade, a CMVM pode, sempre que necessário, iniciar e conduzir as ações de controlo de qualidade junto de quaisquer ROC e de SROC, e de tomar as medidas que considere adequadas em resultado dos controlos de qualidade conduzidos.</p> <p>9 - Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º, ao exercer as suas funções a CMVM não pode interferir no conteúdo da certificação legal das contas ou do relatório de auditoria.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 4:</b></p> <p>4 - Sempre que seja solicitada a realização de ações de inspeção por autoridades competentes de outros Estados-Membros, as mesmas são conduzidas <u>pele Conselho de Supervisão de Auditores</u>, no desempenho das suas atribuições de supervisão de auditoria.</p> <p><b>PGR sobre o n.º 6:</b></p> <p>Parece haver um lapso de redação. Assim, onde consta “n.ºs 2 e 3...” <i>deve constar</i> “n.ºs 4 e 5”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 7 a 9:</b></p> <p>7 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode solicitar a realização de ações de controlo de qualidade por autoridades competentes de outro Estado-Membro no território deste último, podendo também solicitar que os respetivos representantes ou mandatários possam ser autorizados a acompanhar as referidas ações.</p> <p>8 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à OROC em matéria de controlo de qualidade, a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode, sempre que necessário, iniciar e conduzir as ações de controlo de qualidade junto de quaisquer ROC e de SROC, e de tomar as medidas que considere adequadas em resultado dos controlos de qualidade conduzidos. <u>Essas iniciativas têm de ser fundamentadas de acordo com regulamento a aprovar nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da presente lei.</u></p> <p>9 - <u> Ao exercer as suas funções a CMVM não pode, por qualquer via, incluindo através do Conselho de Supervisão de Auditoria, interferir no conteúdo da certificação legal das contas ou do relatório de auditoria.</u></p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 26.º</b> <b>Cooperação geral</b></p> <p>1 - A CMVM coopera com a Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria (COSE), com as autoridades congéneres e com quaisquer outras entidades, nacionais ou internacionais, tendo em vista o exercício das suas atribuições em matéria de supervisão de auditoria.</p> <p>2 - As informações confidenciais obtidas ou transmitidas no quadro da supervisão de auditoria apenas podem ser utilizadas pelas autoridades competentes quando sejam necessárias ao exercício das funções de que se encontram incumbidas ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 1:</b> 1 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, coopera com a Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria (CEAOB), com as autoridades congéneres e com quaisquer outras entidades, nacionais ou internacionais, tendo em vista o exercício das suas atribuições em matéria de supervisão de auditoria.</p> <p><b>APFIPP sobre o artigo 26.º:</b> No presente artigo, no artigo 30.º e no artigo 49.º são referidas as siglas COSE, CEAOB e COSEA, que parecem referir-se ao mesmo órgão, ou seja, a Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria, pelo que sugere que seja adotada a sigla COSEA.</p> <p><b>BdP quanto ao artigo 26.º e seguintes:</b> Sublinha a <i>“importância de o regime de obtenção, cooperação e troca de elementos e informações estar disciplinado de forma clara, transparente e perfeitamente consciente do duplo papel de supervisão da CMVM”</i>.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 27.º</b> <b>Utilização e transmissão da informação</b></p> <p>1 - A CMVM apenas pode utilizar a informação recebida no âmbito do presente regime jurídico no contexto de processos relacionados especificamente com o exercício das suas atribuições de supervisão de auditoria.</p> <p>2 - Os documentos de trabalho ou aqueles que tenham sido obtidos pela CMVM junto de ROC ou de SROC, bem como os relatórios de controlo de qualidade e de inspeções relacionados com as revisões ou auditorias em causa, apenas podem ser transmitidos, nos termos da lei, a autoridades competentes de um país terceiro, a seu pedido, quando:</p> <p>a) Esses documentos se relacionem com a revisão ou auditoria de entidades que tenham emitido valores mobiliários no país terceiro que solicita a transmissão ou façam parte de um grupo que publica contas consolidadas legais nesse país;</p> <p>b) A transmissão seja realizada através da CMVM;</p> <p>c) As autoridades competentes do país terceiro em causa satisfaçam os requisitos considerados adequados, nos termos que sejam definidos por decisão da Comissão Europeia;</p> <p>d) Tenham sido celebrados acordos de cooperação com a autoridade competente requerente dessa informação, com base na reciprocidade;</p> <p>e) A transmissão de dados pessoais se processe nos termos da lei.</p> <p>3 - Os procedimentos de transmissão da informação referida no número anterior são definidos pela CMVM, mediante audição prévia da Comissão Nacional de Proteção de Dados.</p>	<p><b>CNPD sobre o artigo 27.º:</b> Impõe-se notificação prévia à CNPD dos tratamentos de dados pessoais.</p> <p><b>PGR sobre o n.º 1:</b> Sugere a seguinte redação: “<i>A informação recebida pela CMVM no âmbito do presente regime jurídico apenas pode ser utilizada no contexto de processos relacionados especificamente com o exercício das suas atribuições de supervisão de auditoria, ou na instrução de processos administrativos, judiciais, criminais ou contraordenacionais</i>”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 1:</b> 1 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, apenas pode utilizar a informação recebida no âmbito do presente regime jurídico no contexto de processos relacionados especificamente com o exercício das suas atribuições de supervisão de auditores.</p> <p>2 - Os documentos de trabalho ou aqueles que tenham sido obtidos pela CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, junto de ROC ou de SROC, bem como os relatórios de controlo de qualidade e de inspeções relacionados com as revisões ou auditorias em causa, apenas podem ser transmitidos, nos termos da lei, a autoridades competentes de um país terceiro, a seu pedido, quando:</p> <p>b) A transmissão seja realizada por meio da CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores;</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 3:</b> 3 - Os procedimentos de transmissão da informação referida no número anterior são definidos pela CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, mediante audição prévia da Comissão Nacional de Proteção de Dados.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>4 - Sem prejuízo do previsto no artigo 36.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os acordos de cooperação previstos na alínea d) do n.º 2 devem conter e impor:</p> <p>a) A obrigação de fundamentar o pedido de documentos solicitado;</p> <p>b) Um dever de segredo profissional aplicável aos colaboradores vinculados ou que tenham estado vinculados à autoridade competente;</p> <p>c) A proteção dos interesses comerciais da entidade auditada, incluindo a sua propriedade industrial e intelectual;</p> <p>d) A utilização da informação recebida apenas para efeitos de exercício de funções de supervisão pública, de controlo de qualidade e de inspeção ou de instrução de processos administrativos, judiciais, criminais ou contraordenacionais;</p> <p>e) A possibilidade de recusa da informação solicitada sempre que a apresentação desses documentos:</p> <p>i) Afete a soberania, a segurança ou a ordem pública da União Europeia ou do Estado-Membro requerido;</p> <p>ii) Tenham sido intentados processos judiciais, tendo por objeto a mesma informação ou as entidades que a produziram em Portugal; ou</p> <p>iii) Já tenha sido proferida sentença transitada em julgado, tendo por objeto ações judiciais intentadas pelas autoridades competentes em Portugal em relação aos mesmos ROC ou SROC.</p> <p>5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2, os ROC e as SROC podem, a título excecional, transmitir diretamente documentos que lhes tenham sido solicitados por autoridade competente de país terceiro quando:</p> <p>a) As inspeções tenham sido iniciadas por autoridade competente de país terceiro requerente da informação;</p> <p>b) Existam acordos de cooperação com as autoridades competentes do país terceiro que respeitem o conteúdo definido no número anterior e, numa base de reciprocidade, permitam igualmente às autoridades nacionais e à CMVM o acesso direto aos documentos produzidos pelos auditores e entidades de auditoria do país terceiro;</p> <p>c) As autoridades competentes requerentes do país terceiro informem antecipadamente as autoridades nacionais de supervisão e a CMVM, enquanto autoridade de supervisão de auditoria, de cada pedido direto de informação e da respetiva fundamentação.</p> <p>6 - A troca e a divulgação de informação com autoridades competentes de países terceiros que diga respeito a entidades de interesse público segue o regime previsto nos artigos 36.º a 38.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p>	<p><b>BdP quanto ao n.º 4:</b> Sugere a “disponibilização do relatório adicional ao órgão de fiscalização [...] à CMVM apenas enquanto entidade de supervisão de auditoria e não enquanto entidade supervisora de emitentes e do mercado financeiro”.</p> <p><b>BdP quanto ao n.º 5:</b> A propósito da transmissão e utilização de informação entre autoridades de supervisão, sugere a “consagração de uma clara distinção entre as várias funções da CMVM enquanto autoridade de supervisão de emitentes e do mercado financeiro e enquanto supervisora de auditoria, nomeadamente em matéria de acordos de cooperação”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto às alíneas b) e c) do n.º 5:</b> b) Existam acordos de cooperação com as autoridades competentes do país terceiro que respeitem o conteúdo definido no número anterior e, numa base de reciprocidade, permitam igualmente às autoridades nacionais e à CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, o acesso direto aos documentos produzidos pelos auditores e entidades de auditoria do país terceiro;</p> <p>c) As autoridades competentes requerentes do país terceiro informem antecipadamente as autoridades nacionais de supervisão e a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, enquanto autoridade de supervisão de auditores, de cada pedido direto de informação e da respetiva fundamentação.</p>

**Artigo 28.º**

**Troca de informação com outras entidades**

1 - A CMVM presta, em prazo razoável, quaisquer informações requeridas por autoridades competentes de outros Estados-Membros ou autoridades europeias de supervisão relevantes sempre que as mesmas se revelem necessárias ou convenientes à prossecução das respetivas atribuições em matéria de supervisão de auditoria.

2 - Caso não seja possível prestar as informações requeridas, em prazo razoável, a CMVM notifica as autoridades competentes das respetivas razões.

3 - As informações prestadas nos termos dos números anteriores estão abrangidas pela obrigação de segredo profissional.

4 - A CMVM pode recusar-se a responder a um pedido de informação quando se verifique uma das situações previstas no n.º 6 do artigo 25.º, com as necessárias adaptações.

5 - Quando a CMVM for destinatária de pedido de informações requeridas por autoridades competentes de outros Estados-Membros ou autoridades europeias de supervisão relevantes para os fins previstos do n.º 1, toma, sem demora indevida, as medidas necessárias que permitam recolher as informações requeridas.

6 - Sempre que a CMVM tome conhecimento de que se encontram a ser realizadas no território de outro Estado-Membro atividades contrárias à lei, notifica a autoridade competente desse Estado-Membro, conferindo-lhe toda a informação disponível e solicitando que sejam transmitidas informações relativamente a desenvolvimentos relevantes que venham a ter lugar.

**Proposta da OROC quanto ao artigo 28.º:**

1 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, presta, em prazo razoável, quaisquer informações requeridas por autoridades competentes de outros Estados-Membros ou autoridades europeias de supervisão relevantes sempre que as mesmas se revelem necessárias ou convenientes à prossecução das respetivas atribuições em matéria de supervisão de auditores.

2 - Caso não seja possível prestar as informações requeridas, em prazo razoável, a CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, notifica as autoridades competentes das respetivas razões.

4 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, pode recusar-se a responder a um pedido de informação quando se verifique uma das situações previstas no n.º 6 do artigo 25.º, com as necessárias adaptações.

5 - Quando a CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, for destinatária de pedido de informações requeridas por autoridades competentes de outros Estados-Membros ou autoridades europeias de supervisão relevantes para os fins previstos do n.º 1, toma, sem demora indevida, as medidas necessárias que permitam recolher as informações requeridas.

6 - Sempre que a CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, tome conhecimento de que se encontram a ser realizadas no território de outro Estado-Membro atividades contrárias à lei, notifica a autoridade competente desse Estado-Membro, conferindo-lhe toda a informação disponível e solicitando que sejam transmitidas informações relativamente a desenvolvimentos relevantes que venham a ter lugar.

**CNPD sobre o artigo 28.º:**

Impõe-se notificação prévia à CNPD das comunicações a realizar.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 29.º</b> <b>Colégios de autoridades competentes e delegação de funções</b></p> <p>No exercício das suas atribuições a CMVM pode:</p> <p>a) Participar em colégios de autoridades competentes de Estados-Membros, nos termos e condições definidos no artigo 32.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;</p> <p>b) Delegar funções de supervisão em autoridade competente de outro Estado-Membro, nos termos e condições definidos no artigo 33.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 29.º:</b> No exercício das suas atribuições a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode:</p> <p><b>BdP quanto ao artigo 29.º:</b> Sugere a participação da CMVM em colégios de autoridade competentes enquanto supervisora da auditoria (e não enquanto supervisora financeira).</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 30.º</b> <b>Qualificação académica, estágios e provas de aptidão</b></p> <p>1 - A CMVM coopera com as autoridades competentes congéneres de supervisão de auditoria de modo a fazer convergir os requisitos de qualificação académica, tomando em consideração a evolução verificada no domínio das atividades de auditoria e do exercício da respetiva profissão e, em particular, a convergência já alcançada no exercício da profissão em causa.</p> <p>2 - A CMVM coopera no âmbito do CEAOB a fim de fazer convergir os requisitos relativos ao estágio de adaptação e à prova de aptidão, tendo em vista o reforço da transparência e previsibilidade dos requisitos.</p>	<p><b>APFIPP sobre o artigo 30.º:</b> No presente artigo, no artigo 26.º e no artigo 49.º são referidas as siglas COSE, CEAOB e COSEA, que parecem referir-se ao mesmo órgão, ou seja, a Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria, pelo que sugere que seja adotada a sigla COSEA.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 30.º:</b> 1 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, coopera com as autoridades competentes congéneres de supervisão de <u>auditores de modo a contribuir para a convergência dos</u> requisitos de qualificação académica, tomando em consideração a evolução verificada no domínio das atividades de auditoria e do exercício da respetiva profissão e, em particular, a convergência já alcançada no exercício da profissão em causa.</p> <p>2 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, coopera no âmbito do CEAOB <u>de modo a contribuir para a convergência dos</u> requisitos relativos ao estágio de adaptação e à prova de aptidão, tendo em vista o reforço da transparência e previsibilidade dos requisitos</p> <p>3 - Para efeitos das cooperações previstas nos números anteriores o Conselho de Supervisão de Auditores mantém informada a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e articula com esta as diligências a efetuar.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 31.º</b> <b>Deveres de comunicação anual</b></p> <p>Os ROC e as SROC fornecem anualmente à CMVM e à OROC uma lista das entidades de interesse público auditadas, por ordem das receitas provenientes dessas entidades, discriminando essas receitas em:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Receitas provenientes da revisão legal das contas;</li><li>b) Receitas provenientes de serviços distintos da auditoria que não os referidos no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que são exigidos pela legislação aplicável; e</li><li>c) Receitas provenientes de serviços distintos da auditoria que não os referidos no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que não são exigidos pela legislação aplicável.</li></ul>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 31.º:</b> <u>[Eliminar]</u>.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V</b> <b>Organização e funcionamento</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Artigo 32.º</b> <b>Disposição geral</b></p> <p>1 - A CMVM exerce no quadro da supervisão de auditoria os poderes e prerrogativas definidos no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e restantes normativos aplicáveis àquela autoridade em matéria de valores mobiliários, nomeadamente no que respeita aos procedimentos e exercício da supervisão, poderes de fiscalização, cooperação ou regime sancionatório.</p> <p>2 - A CMVM desenvolve as suas atribuições relativas à supervisão de auditoria de forma a prevenir a existência de qualquer conflito de interesses com o desempenho das suas demais atribuições, nomeadamente em matéria de supervisão dos emitentes, dos produtos financeiros e do mercado financeiro.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 1:</b> 1 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, exerce no quadro da supervisão de auditoria os poderes e prerrogativas definidos <u>no presente regime jurídico e nos estatutos da CMVM.</u></p> <p><b>ASF sobre o n.º 1:</b> Considera que, por “se tratar do diploma que irá regular a supervisão da atividade de auditoria, não se afigura adequado que as disposições centrais de tal supervisão sejam previstas por mera remissão para outro diploma”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 2:</b> 2 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, desenvolve as suas atribuições relativas à supervisão dos auditores de forma independente das atribuições da CMVM e sigilosa relativamente a esta, não podendo haver partilha de recursos humanos ou materiais que possa comprometer a sua independência ou o sigilo devido.</p> <p><b>ASF sobre o n.º 2:</b> Sublinha a “a necessidade de regular adequadamente a matéria da prevenção de conflitos de interesses”, considerando que “a mera remissão para regulamento interno da CMVM se afigura insuficiente, sendo necessária uma densificação legal acrescida”.</p> <p><b>BdP quanto ao n.º 2:</b> Propõe “ponderar a eliminação de remissões da PPL para o CVM, podendo-se, em alternativa, importar as n normas do CVM que se entenda serem relevantes para o exercício da supervisão de auditoria, adaptando-as em conformidade com as especificidades da função de auditoria e evitando-se a utilização simultânea do CVM – e das respetivas práticas – como se o foco da autoridade competente da supervisão de auditoria fosse idêntico ao da autoridade competente de supervisão financeira”. Sugere substituir “a remissão genérica para regulamento interno [...] por princípios ou regras específicas – e de natureza legal e não regulamentar. [...] A consagração legal destas matérias não impede que as mesmas sejam amplamente densificadas em regulamento interno, desde que a PPL 334/XII/4.ª (GOV) assegure a suficiência da habilitação legal para tal”.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>3 - A CMVM prevê em regulamento interno os mecanismos e instrumentos necessários à instrução e tramitação de processos e procedimentos internos em matéria de supervisão de auditoria, bem como à articulação entre os órgãos da CMVM e destes com o departamento de supervisão de auditoria e restrições à partilha de informação entre departamentos da CMVM.</p>	<p><b>BdP quanto ao n.º 3:</b> Sem prejuízo do disposto no n.º3, sugere a “definição de princípios gerais que balizem a atuação do departamento de supervisão de auditoria”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 3:</b> 3 – O regimento do Conselho de Supervisão de Auditores previsto no n.º 3 do artigo 36.º define a sua autonomia, de modo a cumprir os requisitos de competência e de independência, sigilo e segregação de informação relativamente à CMVM.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 33.º</b> <b>Membro do conselho de administração responsável pelo pelouro</b></p> <p>1 -Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da CMVM, o conselho de administração atribui a um dos seus membros o pelouro da supervisão de auditoria.</p> <p>2 -Ao membro do conselho de administração que assume a responsabilidade a que se refere o número anterior não podem ser atribuídos em acumulação com esse pelouro outros pelouros de supervisão ou de contencioso.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 33.º:</b> [Eliminar].</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 34.º</b> <b>Decisões do conselho de administração</b></p> <p>1 - O conselho de administração decide as matérias relacionadas com a supervisão de auditoria que lhe são submetidas sob proposta do membro responsável pelo pelouro de supervisão de auditoria.</p> <p>2 - Quando o conselho decida contra o parecer ou proposta do membro do conselho responsável pelo pelouro ou do departamento de supervisão de auditoria fundamenta em ata, detidamente, a sua posição.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 34.º:</b> [Eliminar].</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 35.º</b> <b>Conselho geral de supervisão de auditoria</b></p> <p>1 - Ao conselho geral de supervisão de auditoria competem funções consultivas em matéria de supervisão de auditoria, tendo a seguinte constituição:</p> <p>a) O presidente do conselho geral de supervisão de auditoria, designado pelo membro do Governo responsável pela área das finanças de entre personalidades de reconhecido mérito e conhecimentos em matéria de auditoria;</p> <p>b) O membro do conselho de administração da CMVM responsável pelo pelouro de supervisão de auditoria;</p> <p>c) Um membro do conselho de administração do Banco de Portugal, a designar por este;</p> <p>d) Um membro do conselho de administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a designar por esta;</p> <p>e) Um representante da Inspeção-Geral de Finanças, designado por esta de entre os subinspetores gerais.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 35.º:</b></p> <p style="text-align: center;">Artigo 35.º Conselho consultivo</p> <p>1 - Ao conselho <u>consultivo</u> de supervisão de auditoria competem funções consultivas em matéria de supervisão de <u>auditores</u>, tendo a seguinte constituição:</p> <p>a) [Eliminar];</p> <p><b>ASF sobre a alínea a) do n.º 1:</b> Considera que “poderá ponderar-se uma densificação dos critérios de elegibilidade para o cargo de presidente do Conselho geral de supervisão de auditoria, incluindo, entre outros, a independência face às entidades supervisionadas, bem como o não exercício de funções de interesse público”.</p> <p>b) <u>Um</u> membro do conselho de administração da CMVM, a designar por esta;</p> <p>f) <u>Um representante da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designado por esta de entre os membros do Conselho Diretivo, sem direito a voto.</u></p> <p><u>2 – Os membros do Conselho consultivo indicados nas alíneas a) a d) do número anterior elegem um presidente de entre eles.</u></p> <p><u>3 – Nas reuniões do Conselho consultivo podem participar os seus membros ou suplente respetivo previamente designado e o presidente do Conselho de Supervisão de Auditores.</u></p> <p><b>BdP quanto ao n.º 1:</b> Sugere a “inclusão da CMVM, enquanto autoridade de supervisão financeira, no conselho geral de supervisão de auditoria – representada por mais um membro do respetivo conselho de administração – em paridade com os demais supervisores financeiros, assumindo a sua natureza dual”.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>2 - Compete ao conselho geral de supervisão de auditoria:</p> <p>a) Emitir parecer em matéria de supervisão de auditoria nos casos previstos na lei ou em regulamento, bem como a solicitação do membro do conselho de administração da CMVM responsável pelo pelouro;</p> <p>b) Pronunciar-se sobre projetos de regulamento que contenham normas com eficácia externa;</p> <p>c) Acompanhar o desempenho da supervisão de auditoria e do quadro legal aplicável;</p> <p>d) Aprovar o regimento interno.</p> <p>3 - Nos casos a que se refere a alínea b) do número anterior o membro do conselho de administração da CMVM responsável pelo pelouro da supervisão de auditoria endereça ao presidente do conselho geral de supervisão de auditoria o pedido de parecer com uma antecedência que permita a auscultação atempada das entidades com assento no conselho geral de supervisão de auditoria.</p> <p>4 - O presidente do conselho geral de supervisão de auditoria pode convidar a estar presente em reunião do conselho geral de supervisão de auditoria, sem direito a voto e com a devida salvaguarda do segredo profissional, personalidades ou representantes de instituições cujo contributo considere importante para as matérias a apreciar em cada reunião.</p> <p>5 - As reuniões ordinárias do conselho geral de supervisão de auditoria têm uma frequência trimestral, podendo ser convocadas a título extraordinário a todo o tempo, cabendo ao presidente do conselho geral de supervisão de auditoria a convocação e o estabelecimento das respetivas agendas.</p> <p>6 - O conselho geral de supervisão de auditoria delibera por maioria simples dos votos dos membros participantes, exigindo-se, para que as respetivas deliberações sejam válidas, a participação de pelo menos metade das pessoas que o constituem na reunião onde a deliberação seja tomada.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 2:</b></p> <p>2 - Compete ao conselho <u>consultivo</u>:</p> <p>a) Emitir parecer em matéria de supervisão de <u>auditores</u> nos casos previstos na lei ou em regulamento, bem como a solicitação <u>do Conselho de Supervisão de Auditores</u>;</p> <p><b>BdP quanto ao n.º 2:</b></p> <p>Sugere a “inclusão no âmbito de competências do conselho geral de supervisão de auditoria da responsabilidade pela emissão de orientações estratégicas para o conselho de administração que permitam orientar, em particular, a atividade do administrador do pelouro e [...] assisti-lo na sua função (individual) de supervisão de auditoria; emitir pareceres vinculativos sobre a regulamentação da CMVM que possa afetar as atividades de auditoria”.</p> <p><b>ASF sobre o n.º 2:</b></p> <p>Considera que “poderá questionar-se a natureza da intervenção deste conselho geral e o grau de vinculatividade dos respetivos pareceres ou pronúncias”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 3 a 9:</b></p> <p>3 - Nos casos a que se refere a alínea b) do número anterior o <u>Conselho de Supervisão de Auditores</u> endereça ao presidente do conselho <u>consultivo</u> o pedido de parecer com uma antecedência que permita a auscultação atempada das entidades com assento no conselho <u>consultivo</u>.</p> <p>4 - O presidente do conselho <u>consultivo</u> pode convidar a estar presente em reunião do conselho <u>consultivo</u>, sem direito a voto e com a devida salvaguarda do <u>dever de segredo</u>, personalidades ou representantes de instituições cujo contributo considere importante para as matérias a apreciar em cada reunião.</p> <p>5 - As reuniões ordinárias do conselho <u>consultivo</u> têm uma frequência trimestral, podendo ser convocadas a título extraordinário a todo o tempo, cabendo ao presidente do conselho <u>consultivo</u> a convocação e o estabelecimento das respetivas agendas.</p> <p>6 - O conselho <u>consultivo</u> delibera por maioria simples dos votos dos membros participantes, exigindo-se, para que as respetivas deliberações sejam válidas, a participação de pelo menos metade das pessoas que o constituem na reunião onde a deliberação seja tomada.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>7 - Em caso de ausência por motivos justificados os membros do conselho geral de supervisão de auditoria podem fazer-se representar pelos substitutos legais ou estatutários, os quais têm todos os direitos e obrigações dos representados.</p> <p>8 - O conselho geral delibera na presença da maioria dos membros, efetivos ou participando em substituição nos termos do número anterior.</p> <p>9 - De cada reunião do conselho geral de supervisão de auditoria é lavrada ata assinada pelos respetivos membros.</p>	<p>7 - Em caso de ausência por motivos justificados os membros do conselho <u>consultivo</u> podem fazer-se representar pelos substitutos legais ou estatutários, os quais têm todos os direitos e obrigações dos representados.</p> <p>8 - O conselho <u>consultivo</u> delibera na presença da maioria dos membros, efetivos ou participando em substituição nos termos do número anterior.</p> <p>9 - De cada reunião do conselho <u>consultivo</u> é lavrada ata assinada pelos respetivos membros.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 36.º</b> <b>Departamento de supervisão de auditoria</b></p> <p>As funções gerais do departamento de supervisão de auditoria são definidas pelo regulamento interno da CMVM, aprovado nos termos do artigo 36.º dos respetivos Estatutos.</p>	<p><b><u>BdP quanto ao artigo 36.º:</u></b> Sem prejuízo do regulamento interno da CMVM, sugere a “definição de princípios gerais que balizem a atuação do departamento de supervisão de auditoria” em sede da PPL.</p> <p><b><u>Proposta da OROC quanto ao artigo 36.º:</u></b></p> <p style="text-align: center;">Artigo 36.º <u>Conselho de Supervisão de Auditores</u></p> <p><u>1 – A CMVM garante as condições necessárias à criação e ao adequado funcionamento do órgão designado Conselho de Supervisão de Auditores com autonomia, como previsto no artigo 5.º da Lei (PL 334/XII).</u></p> <p><u>2 – A CMVM deve garantir que o Conselho de Supervisão de Auditores dispõe permanentemente dos recursos humanos adequados ao exercício das suas competências não podendo as pessoas que contactam com informação respeitante à supervisão de auditores exercer em simultâneo outras funções na CMVM.</u></p> <p><u>3 – a CMVM elabora o regimento do Conselho de Supervisão de Auditores, descrevendo designadamente o seu modo de funcionamento e demais aspetos não previstos na lei (PL 334/XII), nem neste regime jurídico.</u></p> <p><b><u>ASF sobre o n.º 2:</u></b> Considera necessária “uma densificação legal acrescida”.</p>

**Artigo 37.º**  
**Peritos e outros profissionais**

1 - Para além da contratação dos meios humanos necessários ao normal desenvolvimento da sua atividade, e em especial tendo em vista assegurar a qualidade, cadência e profundidade da supervisão, a CMVM pode, sempre que tal seja considerado necessário, promover o recurso temporário a peritos, nomeadamente em matéria bancária e ou seguradora, e a outros profissionais externos.

2 - A contratação de peritos exige a verificação dos seguintes requisitos:

- a) Inexistência de conflitos de interesses entre os peritos e o ROC ou a SROC em causa;
- b) Formação profissional adequada;
- c) Experiência relevante nos domínios da revisão legal das contas e da informação financeira;
- d) Formação específica em matéria de verificação do controlo de qualidade.

3 - Os peritos não podem liderar em caso algum, constituir a maioria dos membros das equipas de controlo de qualidade ou de inspeção, nem participar em tomadas de decisão.

4 - Os peritos e outros profissionais externos ficam vinculados aos deveres dos colaboradores da CMVM, nomeadamente em termos de preservação do dever de segredo relativamente a todos os factos e documentos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções.

**Proposta da OROC quanto ao artigo 37.º:**

**Artigo 37.º**  
**Colaboradores, peritos e outros profissionais**

1 - A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, contrata os meios humanos necessários ao normal desenvolvimento da sua atividade, e em especial tendo em vista assegurar a qualidade, cadência e profundidade da supervisão, pode, sempre que tal seja considerado necessário, promover o recurso temporário a peritos, nomeadamente em matéria bancária e ou seguradora, e a outros profissionais externos com experiência relevante no exercício da revisão legal de contas.

2 - A contratação de colaboradores ou peritos, bem como a sua afetação a determinadas funções, exige a verificação dos seguintes requisitos, que forem aplicáveis às funções a exercer:

- a) Inexistência de conflitos de interesses entre os colaboradores ou peritos e o ROC ou a SROC em causa;

(NOVO) 4 – Os colaboradores afetos à supervisão de auditores ficam vinculados aos deveres definidos para todos os colaboradores da CMVM, nomeadamente em termos de preservação do dever de segredo relativamente a todos os factos e documentos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções, bem como aos deveres especificamente definidos para o exercício dessa supervisão.

4 - Os peritos e outros profissionais externos ficam vinculados aos deveres dos colaboradores da CMVM afetos à supervisão de auditores, nomeadamente em termos de preservação do dever de segredo relativamente a todos os factos e documentos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 38.º</b> <b>Partilha de informação</b></p> <p>A partilha de informação entre entidades reguladoras, em especial com o Banco de Portugal e com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no referente a entidades de interesse público do respetivo sector, rege-se, nomeadamente, pelo disposto no artigo 66.º do Código de Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 11.º da Lei-Quadro da Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.</p>	<p><b>BdP quanto ao artigo 38.º:</b> Sugere a “inclusão da CMVM, enquanto supervisora financeira, na lista de entidades relativamente às quais poderá existir partilha de informação”, para além do BdP e da ASF.</p> <p><b>ASF sobre o artigo 38.º:</b> Sugere incluir, adicionalmente, a previsão dos “termos da partilha de informação a realizar com a IGF, uma vez que o elenco de entidades de interesse público continua a integrar empresas públicas”.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 39.º</b> <b>Transparência</b></p> <p>1 - A CMVM publica as informações, os programas e os relatórios a que se refere o artigo 28.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, integrando o programa de trabalho e o relatório anuais, respetivamente, nos seus planos e relatórios de atividades.</p> <p>2 - Para além do disposto no n.º 4 do artigo 41.º, a CMVM pode determinar a divulgação de dados sobre situações identificadas e acerca de conclusões referentes ao controlo de qualidade sempre que o considere relevante para o público.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 39.º:</b></p> <p>1 – A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, publica as informações, os programas e os relatórios a que se refere o artigo 28.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, integrando o programa de trabalho e o relatório anuais, respetivamente, nos seus planos e relatórios de atividades.</p> <p>2 - Para além do disposto no n.º 4 do artigo 41.º, a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode determinar a divulgação de dados sobre situações identificadas e acerca de conclusões referentes ao controlo de qualidade sempre que o considere relevante para o público.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p align="center"><b>CAPÍTULO VI</b> <b>Controlo de qualidade</b></p>	
<p align="center"><b>Artigo 40.º</b> <b>Exercício e supervisão do controlo de qualidade e inspeções</b></p> <p>1 - No âmbito das suas atribuições de supervisão de auditoria, a CMVM exerce o controlo de qualidade sobre os ROC, SROC e auditores e entidades de auditoria de países terceiros que auditem entidades de interesse público, nos termos previstos no Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e supervisiona e avalia o sistema de controlo de qualidade realizado pela OROC sobre os demais ROC e SROC.</p> <p>2 - A CMVM efetua ainda as inspeções necessárias para evitar e corrigir os casos de exercício incorreto da atividade de auditoria.</p>	<p><b><u>Proposta da OROC quanto ao artigo 40.º:</u></b></p> <p>1 – No âmbito das suas atribuições de supervisão de auditores, a CMVM, através do <u>Conselho de Supervisão de Auditores</u>, exerce o controlo de qualidade sobre os ROC, SROC e auditores e entidades de auditoria de países terceiros que auditem entidades de interesse público, nos termos previstos no Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e supervisiona e avalia <u>para os demais ROC e SROC</u> o sistema de controlo de qualidade realizado pela OROC de acordo com o seu regulamento de controlo de qualidade.</p> <p>2 - A CMVM, através do <u>Conselho de Supervisão de Auditores</u>, efetua ainda as inspeções necessárias para <u>promover a qualidade e credibilizar</u> a atividade de auditoria.</p> <p><b><u>BdP quanto ao n.º 2:</u></b> A norma “surge em paralelo com o detalhe dos princípios e regras subjacentes à atividade de controlo de qualidade”, no diploma “<i>não existe qualquer detalhe adicional que especifique em que condições será exercida a atividade de inspeção e quais as situações que podem desencadear uma inspeção</i>”. O BdP sugere a utilização “dos Estatutos do CNSA” (nomeadamente a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º e a alínea g) do n.º 1 do artigo 11.º).</p>

**Artigo 41.º**  
**Controlo de qualidade e inspeções**

1 - Sem prejuízo das especificidades previstas no artigo 26.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, o sistema de controlo de qualidade e as inspeções pautam-se pelos seguintes princípios:

- a) Independência face aos ROC e SROC objeto de controlo;
- b) Adequação e suficiência de recursos, designadamente humanos e financeiros;
- c) Competência, assegurada pela realização de ações de controlo de qualidade e de inspeção por pessoas que tenham uma formação profissional adequada e específica em matéria de controlo de qualidade e experiência relevante nos domínios da revisão legal das contas e da informação financeira;
- d) Adequação dos processos de seleção de pessoas para a realização de ações de controlo de qualidade e de inspeção, a efetuar com base em procedimentos que assegurem a qualificação e especialização das pessoas selecionadas para o serviço de auditoria em causa, a diversidade de conhecimentos e experiências da equipa e a inexistência de conflitos de interesses entre os respetivos membros e o ROC ou a SROC objeto de controlo;
- e) Profundidade do âmbito das ações de controlo de qualidade e de inspeção, que inclui a verificação da evidência constante dos arquivos de revisão legal das contas selecionados e uma apreciação do cumprimento das normas de auditoria aplicáveis, dos requisitos de independência e da adequação dos recursos utilizados e dos honorários de auditoria praticados, assim como uma avaliação do sistema interno de controlo de qualidade;
- f) Materialização, assegurando que, relativamente a cada ação de controlo de qualidade, elaborado um relatório que contenha as principais conclusões das verificações efetuadas;
- g) Periodicidade, atendendo a que as ações de controlo de qualidade são efetuadas com base numa análise dos riscos e, no caso de ROC e de SROC que realizem revisões legais de contas, pelo menos, de seis em seis anos, quanto a auditores que não realizem revisão legal das contas de entidades de interesse público;

**Proposta da OROC quanto à alínea g) do n.º 1:**

g) Periodicidade, atendendo a que as ações de controlo de qualidade são efetuadas com base numa análise dos riscos e, no caso de ROC e de SROC que realizem revisões legais de contas de entidades de interesse público, pelo menos, de três em três anos;

**Proposta da ASF quanto à alínea g) do n.º 1:**

g) Periodicidade, sendo as ações de controlo de qualidade efetuadas com base numa análise dos riscos e, pelo menos, de seis em seis anos, sem prejuízo da periodicidade fixada no caso de ROC e de SROC que realizem revisão legal de contas de entidades de interesse público;

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>h) Adequação e proporcionalidade das ações de controlo de qualidade, tendo em conta a escala e a complexidade da atividade do ROC ou da SROC objeto de controlo.</p> <p>2 - Para efeitos do disposto na alínea d) do número anterior, são aplicáveis à seleção das pessoas que realizam as ações de controlo de qualidade e inspeções, pelo menos, os seguintes critérios:</p> <p>a) Formação profissional adequada e experiência relevante nos domínios da revisão legal das contas e da informação financeira, bem como formação específica ou experiência de revisão de contas no setor de atividade da entidade objeto de controlo de qualidade;</p> <p>b) Não serem autorizadas antes de decorridos pelo menos três anos da data de cessação da qualidade de sócio ou empregado desse ROC ou dessa SROC ou de estar de alguma outra forma associada a esse ROC ou a essa SROC;</p> <p>c) Declararem a inexistência ou não forem identificados quaisquer conflitos de interesses entre essas pessoas e os ROC e as SROC a controlar.</p> <p>3 - Para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1, quando se proceda a ações de controlo de qualidade da revisão legal das contas anuais ou consolidadas de pequenas e médias empresas, deve ser tido em conta que as normas de auditoria aplicáveis se destinam a ser aplicadas de forma proporcionada à escala e à complexidade das atividades da entidade auditada.</p> <p>4 - Os resultados globais do sistema de controlo de qualidade devem ser publicados no sítio na Internet da CMVM no 3.º trimestre do ano civil seguinte ao ciclo de controlo de qualidade a que respeita.</p> <p>5 - Caso o controlo de qualidade verse sobre auditores ou entidades de auditoria de países terceiros pode a CMVM, com base na reciprocidade, isentá-los dessa verificação sempre que o sistema de controlo de qualidade do país de origem seja reconhecido como equivalente e tenha sido objeto de verificação no decurso dos três anos precedentes.</p> <p>6 - A CMVM pode desenvolver, através de regulamento, o disposto no presente artigo.</p>	<p><b>Proposta da ASF quanto à alínea h) do n.º 1:</b></p> <p>h) Adequação e proporcionalidade das ações de controlo de qualidade, tendo em conta a <u>dimensão</u> e a complexidade da atividade do ROC ou da SROC objeto de controlo.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto à alínea a) do n.º 2:</b></p> <p>a) Formação profissional adequada e experiência relevante nos domínios da revisão legal <u>de</u> contas e da informação financeira, bem como formação específica ou experiência de revisão de contas no setor de atividade da entidade objeto de controlo de qualidade;</p> <p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 3 a 6:</b></p> <p>3 - Para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1, quando se proceda a ações de controlo de qualidade da revisão legal <u>de contas de pequenas e médias empresas</u>, deve ser tido em conta que as normas de auditoria aplicáveis se destinam a ser aplicadas de forma proporcionada à escala e à complexidade das atividades da entidade auditada.</p> <p>4 - Os resultados globais do sistema de controlo de qualidade devem ser publicados no sítio na Internet <u>do Conselho de Supervisão de Auditores no 2.º trimestre do ano civil seguinte ao ano em que foram concluídas as auditorias a que o controlo de qualidade respeita</u>.</p> <p>5 - Caso o controlo de qualidade verse sobre auditores ou entidades de auditoria de países terceiros pode a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, com base na reciprocidade, isentá-los dessa verificação sempre que o sistema de controlo de qualidade do país de origem seja reconhecido como equivalente e tenha sido objeto de verificação no decurso dos três anos precedentes.</p> <p>6 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, pode desenvolver, através de regulamento e em articulação com a OROC, o disposto no presente artigo.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 42.º</b> <b>Recomendações e adoção de recomendações</b></p> <p>1 - Sempre que as eventuais irregularidades detetadas sejam, segundo a avaliação da CMVM, sanáveis, os relatórios de supervisão podem concluir com a emissão de recomendações ao ROC, à SROC ou à OROC, conforme os casos, no sentido de serem adotadas medidas para a reposição da conformidade com a lei e os regulamentos aplicáveis.</p> <p>2 - Os ROC e as SROC devem adotar as recomendações resultantes das ações de controlo de qualidade num prazo razoável, a estabelecer pela CMVM ou pela OROC.</p> <p>3 - Os ROC e as SROC devem comunicar à CMVM ou à OROC, consoante aplicável, no prazo máximo de oito dias após o decurso do prazo fixado no número anterior, o modo como procederam à adoção das recomendações que lhes foram dirigidas.</p> <p>4 - Caso não sejam devidamente adotadas as recomendações resultantes das ações de controlo de qualidade, o ROC e as SROC ficam sujeitos às sanções aplicáveis pela prática das infrações identificadas e não regularizadas nos termos do presente artigo.</p>	<p><b><u>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 1 a 4:</u></b></p> <p>1 - Sempre que as eventuais irregularidades detetadas sejam, segundo a avaliação da CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, sanáveis, os relatórios de supervisão podem concluir com a emissão de recomendações ao ROC <u>ou à</u> SROC, conforme os casos, no sentido de serem adotadas medidas para a reposição da conformidade com a lei, <u>normas e regulamentos</u> aplicáveis.</p> <p>2 - Os ROC e as SROC devem adotar as recomendações resultantes das ações de controlo de qualidade num prazo razoável, a estabelecer pela CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, ou pela OROC.</p> <p>3 - Os ROC e as SROC devem comunicar <u>ao Conselho de Supervisão de Auditores</u> ou à OROC, consoante aplicável, no prazo máximo de oito dias após o decurso do prazo fixado no número anterior, o modo como procederam à adoção das recomendações que lhes foram dirigidas.</p> <p>4 - <u>Apenas</u> caso não sejam devidamente adotadas as recomendações resultantes das ações de controlo de qualidade, o ROC e as SROC ficam sujeitos às sanções aplicáveis pela prática das infrações identificadas e não regularizadas nos termos do presente artigo.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 43.º</b> <b>Controlo de qualidade de entidades de auditoria de Estados-Membros</b></p> <p>As entidades de auditoria de Estado-Membro que executam serviços de auditoria em Portugal nos termos do <b>artigo 171.º-A do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas<sup>12</sup></b> são objeto de verificação de controlo de qualidade no Estado-Membro de origem e de supervisão em Portugal das auditorias realizadas.</p>	<p><b><u>Proposta da OROC quanto ao artigo:</u></b></p> <p>As entidades de auditoria de Estado-Membro que executam serviços de auditoria em Portugal <u>nos termos do Estatuto</u> da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas são objeto de verificação de controlo de qualidade no Estado-Membro de origem e de supervisão em Portugal das auditorias realizadas.</p>

<sup>12</sup> Importa verificar a redação que resultar da [Proposta de Lei n.º 292/XII/4.ª \(GOV\)](#) (o artigo 171.º-A parece não existir).

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p align="center"><b>CAPÍTULO VII</b> <b>Regulamentação</b></p>	
<p align="center"><b>Artigo 44.º</b> <b>Regulamentação</b></p> <p>1 -A CMVM elabora os regulamentos necessários à concretização e ao desenvolvimento das matérias relacionadas com a auditoria, ouvindo a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente quanto aos seguintes aspetos:</p> <p>a) Troca de informações entre a OROC e a CMVM;  b) Organização e funcionamento do Conselho Geral de Supervisão de Auditoria;  c) Cumprimento de deveres relativos ao exercício da atividade de auditoria;  d) Deveres de informação pelas entidades de interesse público à CMVM;</p> <p>e) Sistemas de controlo de qualidade e inspeções;  f) Processo de registo e averbamentos ao registo de ROC, SROC, entidades de auditoria de outros Estados-Membros, auditores e entidades de auditoria de países terceiros;  g) Taxas;  h) Procedimentos específicos para a receção e acompanhamento da comunicação de infrações;  i) Condições de partilha de informação nos planos interno e externo;  j) Avaliação do desempenho do órgão de fiscalização de entidades de interesse público.</p> <p>2 -O disposto no número anterior não impede a OROC de estabelecer normas no quadro dos poderes que se lhe encontram atribuídos, consultada a CMVM, desde que as mesmas não sejam incompatíveis com os regulamentos da CMVM emitidos em matéria de supervisão de supervisão de auditoria.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 44.º:</b></p> <p>1 -A CMVM, através do Conselho de Supervisão de Auditores, elabora os regulamentos necessários à concretização e ao desenvolvimento das matérias relacionadas com a supervisão de auditores, em articulação com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e ouvindo o Conselho consultivo, nomeadamente quanto aos seguintes aspetos:</p> <p>a) Troca de informações entre a OROC e o Conselho de Supervisão de Auditores;  b) Organização e funcionamento do Conselho consultivo;</p> <p>d) Cumprimento pelo órgão de fiscalização das entidades de interesse público dos seus deveres de fiscalização;</p> <p>f) Processo de registo e averbamentos ao registo de auditores e entidades de auditoria de países terceiros;</p> <p>j) [Eliminar].</p> <p>2 -O disposto no número anterior não impede a OROC de estabelecer normas no quadro dos poderes que se lhe encontram atribuídos, consultado o Conselho de Supervisão de Auditores, desde que as mesmas não sejam incompatíveis com os regulamentos do Conselho de Supervisão de Auditores emitidos em matéria de supervisão do exercício da atividade de auditoria.</p>

**CAPÍTULO VIII**  
**Regime sancionatório**

**OTOC sobre o Capítulo VIII:**

Recorda que “as Ordens profissionais são associações profissionais de direito público e de reconhecida autonomia pela Constituição da República Portuguesa, [sendo] absolutamente incompreensível tal subjugação de uma Ordem profissional a uma entidade reguladora”.

**BdP quanto ao regime sancionatório:**

Considera que uma “remissão [genérica] para o regime processual e substantivo previsto no CVM” não permite “resolver alguns problemas relativamente à transposição do Pacote Auditoria”.

**ASF quanto ao Capítulo VIII:**

Chama a atenção para a “necessidade de assegurar consistência entre o regime material aplicável ao acesso e exercício da atividade de ROC e SROC (designadamente previsto no Estatuto da OROC) e os respetivos regimes de supervisão e sancionatório. No que se refere, em particular, à delimitação dos tipos contraordenacionais, importa, desde logo, assegurar uma correspondência adequada e rigorosa entre os deveres e requisitos previstos e as contraordenações estabelecidas em caso de violação dos mesmos”.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 45.º</b> <b>Tipos contraordenacionais</b></p> <p>1 - Constitui contraordenação muito grave, punível com coima entre € 25 000 e € 500.000, a violação:</p> <p>a) Do dever de emissão, na certificação legal de contas, de reservas e ou escusas de opinião;</p> <p>b) Do dever de suportar adequadamente a opinião emitida, designadamente em áreas relevantes das demonstrações financeiras, através da obtenção de prova de revisão e ou auditoria apropriada e suficiente e de documentação das respetivas conclusões;</p> <p>c) Do dever de registo junto da CMVM ou da OROC para o exercício da atividade de auditoria;</p> <p>d) De deveres de independência ou de segredo dos auditores.</p> <p>2 - Constitui contraordenação grave, punível com coima entre € 10 000 e € 250.000, a violação:</p> <p>a) De normas de auditoria aplicáveis emitidas por autoridade competente, bem</p>	<p><b>OTOC sobre as coimas:</b> Considera que “faria sentido um processo temporal à aplicação das coimas, que consagrasse – pelo menos até ao conhecimento e apreciação comparativas das sanções definidas por cada Estado-Membro – a possibilidade de uma moratória inicial à aplicação de coimas ou aplicação a 50% do valor estabelecido”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 45.º:</b> 1 - Constitui contraordenação muito grave, punível com coima entre € 5.000 e € 50.000, a violação: a) [Eliminar]</p> <p><b>Proposta do BdP quanto à alínea a) do n.º 1:</b> a) Do dever de emissão, na certificação legal de contas, de <u>uma opinião com reservas, uma escusa de opinião ou de uma opinião adversa;</u></p> <p><b>BdP quanto à alínea b) do n.º 1:</b> Questiona a interpretação do conceito indeterminado “designadamente” na expressão “designadamente em áreas relevantes das demonstrações financeiras”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto às alíneas b) e c) do n.º 1:</b> b) Do dever do ROC ou SROC de suportar adequadamente a opinião emitida <u>sempre que no controlo de qualidade realizado: i) se verifiquem múltiplas observações ou insuficiências de relevância e as recomendações resultantes não tenham sido adotadas no prazo definido, ii) as insuficiências no referido suporte se revele insatisfatório, em múltiplas áreas relevantes das demonstrações financeiras ou no sistema de controlo interno de qualidade;</u></p> <p>c) Do dever de registo <u>do ROC ou SROC junto da OROC</u> para o exercício da atividade de auditoria</p> <p><b>BdP quanto ao n.º 2:</b> Apesar da “<i>aproximação das molduras sancionatórias dos tipos contraordenacionais [...] às molduras previstas no CVM [...], não existe uma total coincidência das molduras sancionatórias da PPL e do CVM</i>”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto aos n.ºs 2 a 4:</b> 2 - Constitui contraordenação grave, punível com coima <u>entre € 2.500 e € 15.000,</u> a violação:</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p>como de normas de acesso e exercício da atividade de auditoria respeitantes à organização, funcionamento, formação e dos auditores, bem como ao planeamento, execução, conclusões e controlo de qualidade do seu trabalho, incluindo as suas opiniões;</p> <p>b) De deveres consagrados no âmbito do processo de controlo de qualidade por entidade pública;</p> <p>c) De ordens ou mandados legítimos da CMVM;</p> <p>d) Do dever de arquivo de documentos inerentes à revisão legal ou voluntária de contas e respetiva conservação;</p> <p>e) Do dever de prestação de declarações ou a prestação de informações falsas a CMVM;</p> <p>f) Do regime de interdição temporária de atividade cominado como sanção acessória, sem prejuízo de ao facto poder caber sanção mais grave;</p> <p>g) De deveres de informação, fiscalização, acompanhamento, de verificação do cumprimento dos requisitos de independência e de seleção de ROC e SROC ou de outros deveres imputáveis ao órgão de fiscalização ou seus membros.</p> <p>3 - Constitui contraordenação leve, punível com coima entre € 2.500 e € 500.000, a violação de:</p> <p>a) Deveres de comunicação previstos na lei;</p> <p>b) Deveres de publicação de relatórios anuais de transparência;</p> <p>c) Deveres não previstos nas normas anteriores deste artigo, consagrados neste regime jurídico ou em regulamento europeu sobre auditoria, nomeadamente no Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, bem como na regulamentação destes.</p> <p>4 - Não é aplicável a presente lei quando o facto constituir contraordenação prevista nos termos do Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro.</p>	<p>a) De <u>deveres profissionais dos ROC ou SROC, não enquadráveis na violação prevista na alínea a) do número anterior mas que possam afetar de modo significativo a qualidade da auditoria realizada, nomeadamente por infração das regras de independência;</u></p> <p>b) <u>[Eliminar];</u></p> <p>c) De ordens ou mandados legítimos da CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores;</u></p> <p>d) Do <u>dever do ROC ou SROC de arquivo de documentos inerentes à revisão legal de contas e respetiva conservação;</u></p> <p>e) Do <u>dever de prestação de declarações ou a prestação de informações falsas ao Conselho de Supervisão de Auditores;</u></p> <p>g) <u>Do dever dos membros do órgão de fiscalização relativo a informação, fiscalização, acompanhamento, de verificação do cumprimento dos requisitos de independência e de seleção de ROC e SROC ou de outros deveres imputáveis ao órgão de fiscalização ou seus membros.</u></p> <p>3 - Constitui contraordenação <u>menos grave</u>, punível com coima <u>entre € 1.000 e € 10.000</u>, a violação de:</p> <p>4 - Não é aplicável a presente lei quando o facto constituir contraordenação prevista nos termos do Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro <u>ou quando o facto constituir infração disciplinar prevista no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela PL 292/XII e esta tenha iniciado o respetivo processo disciplinar.</u></p> <p>5 – <u>As contraordenações previstas nos números 1 a 3 anteriores são imputáveis a título de dolo ou a título de negligência. Verificando-se a imputação a título de negligência, deve ser aplicada admoestação ou coimas em montantes equivalentes a metade dos definidos nos referidos números 1 a 3.</u></p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 46.º</b> <b>Direito aplicável</b></p> <p>1 - O processamento pela prática das contraordenações previstas na presente lei segue o regime processual, tanto na fase administrativa como judicial, e substantivo previsto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, para essa matéria e, subsidiariamente, o disposto no regime geral do ilícito de mera ordenação social, constante do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de setembro, e 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.</p> <p>2 - A CMVM exerce nos processos decorrentes da aplicação do presente regime jurídico todos os poderes e prerrogativas previstos no Código dos Valores Mobiliários para a autoridade de supervisão, sendo igualmente aplicável o artigo 66.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.</p>	<p><b>ASF quanto ao artigo 46.º:</b> Chama a atenção para o facto de a “não introdução de uma referência expressa à punibilidade da negligência pode vir a suscitar divergências interpretativas, questionando-se se é suficiente a remissão genérica do novo artigo 46.º para o regime processual e substantivo do Código dos Valores Mobiliários, em que se salvaguarda a imputação a título de negligência no artigo 402.º desse diploma. É de notar que esta remissão já estava consagrada anteriormente no artigo 24.º dos Estatutos do CNSA. Para evitar uma eventual futura discussão doutrinária sobre este assunto, poderá ser ponderada a introdução de uma disposição normativa que clarifique a imputação a título de negligência”.</p> <p><b>Proposta da OROC quanto ao n.º 2:</b> 2 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, exerce nos processos decorrentes da aplicação do presente regime jurídico todos os poderes e prerrogativas previstos no Código dos Valores Mobiliários para a autoridade de supervisão, sendo igualmente aplicável o artigo 66.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 47.º</b> <b>Determinação da sanção aplicável</b></p> <p>Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo anterior, na determinação da sanção aplicável é também tido em conta o nível de cooperação do agente com a CMVM.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 47.º:</b> Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo anterior, na determinação da sanção aplicável é também tido em conta o nível de cooperação do agente com a CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, bem como o facto de o ROC ou SROC efetuar ou não revisão legal de contas de EIP.</p>

**Artigo 48.º**  
**Sanções acessórias**

1 - Cumulativamente com as coimas previstas no artigo 45.º, podem ser ainda aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Apreensão e perda do objeto da infração, incluindo o produto do benefício obtido pelo infrator através da prática da contraordenação;
- b) Interdição temporária do exercício da profissão ou da atividade pelo infrator;
- c) Revogação da aprovação ou cancelamento do registo necessário ao exercício de funções.

2 - A sanção prevista na alínea b) do número anterior não pode ter duração superior a três anos, contados da decisão condenatória definitiva, podendo consistir na proibição, nomeadamente, de que:

- a) O ROC ou a SROC ou o sócio principal realizem revisões legais ou voluntárias de contas;
- b) Um membro de uma SROC ou um membro de um órgão de administração ou direção de uma entidade de interesse público exerça funções em SROC ou em entidade de interesse público.

**Proposta da OROC quanto ao artigo 48.º:**

- a) O ROC ou o sócio principal da SROC realizem revisões legais de contas.

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 49.º</b> <b>Comunicação sobre infrações</b></p> <p>1 - A CMVM assegura a comunicação anual à Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria (COSEA) de informações agregadas sobre as sanções aplicadas nos termos do presente capítulo.</p> <p>2 - A CMVM comunica à COSEA, no mais breve prazo possível, a aplicação das sanções de interdição do exercício da profissão ou da atividade.</p> <p>3 - A CMVM gere um serviço de receção e acompanhamento da comunicação de infrações que garante a proteção dos dados pessoais de denunciante e denunciado e que é objeto de regulamento da CMVM.</p> <p>4 - As SROC estabelecem procedimentos adequados para os seus colaboradores comunicarem infrações a nível interno através de um canal específico.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 49.º:</b></p> <p>1 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, assegura a comunicação anual à Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria (CEAOB) de informações agregadas sobre as sanções aplicadas nos termos do presente capítulo.</p> <p>2 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, comunica <u>ao CEAOB</u>, no mais breve prazo possível, a aplicação das sanções de interdição do exercício da profissão ou da atividade.</p> <p>3 - A CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, gere um serviço de receção e acompanhamento da comunicação de infrações que garante a proteção dos dados pessoais de denunciante e denunciado e que é objeto de regulamento da CMVM, <u>através do Conselho de Supervisão de Auditores</u>, em articulação com a OROC.</p> <p>4 - [Eliminar].</p> <p><b>APFIPP sobre o artigo 49.º:</b> No presente artigo, no artigo 26.º e no artigo 30.º são referidas as siglas COSE, CEAOB e COSEA, que parecem referir-se ao mesmo órgão, ou seja, a Comissão dos Organismos de Supervisão Europeia de Auditoria, pelo que sugere que seja adotada a sigla COSEA.</p>

Proposta de Lei n.º 334/XII/4.ª (GOV)	COMENTÁRIOS/SUGESTÕES
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 50.º</b> <b>Divulgação da decisão</b></p> <p>1 - Ainda que tenha sido requerida a sua impugnação judicial, a divulgação de decisões que condenem o agente pela prática de uma ou mais contraordenações previstas no presente regime jurídico é feita nos termos do artigo 422.º do Código dos Valores Mobiliários pelo prazo de cinco anos contados da data em que se esgotarem as vias de recurso ou da prescrição do direito ao recurso e inclui a identificação do agente, o tipo e a natureza da infração, sendo precedida do expurgar de dados pessoais que possam colocar em perigo a segurança pessoal daquele.</p> <p>2 - A divulgação é efetuada em regime de anonimato:</p> <p>a) Nos casos a que se refere o n.º 3 do artigo 422.º do Código dos Valores Mobiliários;</p> <p>b) Quando a mesma possa comprometer uma investigação criminal em curso;</p> <p>c) Quando o perigo de repetição de conduta infracional se encontre fortemente diminuído.</p>	<p><b>ASF quanto ao artigo 50.º:</b></p> <p>Considera a redação do artigo é “pouco clara, podendo ser melhorada:</p> <p>- Não resulta claro da nova redação qual o momento em que deve ser divulgada a decisão. Com efeito, anteriormente o artigo 25.º dos Estatutos do CNSA referia expressamente que a divulgação deveria ser feita decorrido o prazo de impugnação judicial. Esta menção foi, no entanto, eliminada, podendo questionar-se se a divulgação deve ocorrer logo após a prolação da decisão ou aguardar o prazo de impugnação judicial. Por uma questão de consonância também com o disposto no artigo 422.º do CVM seria preferível clarificar que a divulgação será após o decurso do prazo de impugnação judicial e, caso tenha sido interposto recurso, que é obrigatório mencionar expressamente esse facto;</p> <p>- No que respeita ao prazo de duração da divulgação, introduz-se a menção de que tal prazo apenas começa a contar “da data em que se esgotarem as vias de recurso ou da prescrição do direito ao recurso” (n.º 1). Na nossa opinião, pretende-se com esta referência que a contagem do prazo seja apenas após a definitividade da decisão ou do trânsito em julgado mesma, pelo que sugerimos que se afirme isso expressamente, substituindo-se essa menção por “a contar da data da definitividade da decisão ou do trânsito em julgado”. Parece também duvidosa a referência à “prescrição do direito do recurso”, porquanto este prazo é, em princípio, de caducidade, em conformidade com o disposto no artigo 298.º, n.º 2, do Código Civil”.</p>
<p><b>CAPÍTULO IX</b> <b>Regime financeiro</b></p>	
<p style="text-align: center;"><b>Artigo 51.º</b> <b>Receitas</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 32.º dos Estatutos da CMVM, a atividade de supervisão de auditoria da CMVM é financiada por receitas próprias, nomeadamente pelo produto das contribuições, taxas e tarifas devidas nos termos do artigo 31.º daqueles Estatutos.</p> <p>2 - O produto das coimas, da apreensão efetuada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 48.º e das custas dos processos aplicadas em matéria de supervisão de auditoria reverte em 40% para a CMVM e na parte remanescente para o Estado.</p>	<p><b>Proposta da OROC quanto ao artigo 51.º:</b></p> <p>1 - <u>A atividade de supervisão do exercício da atividade de auditoria é financiada por receitas próprias da CMVM, nomeadamente pelo produto das taxas devidas nos termos do artigo 44.º acima.</u></p> <p>2 - <u>O produto das coimas, da apreensão efetuada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 48.º e das custas dos processos aplicadas em matéria de supervisão do exercício da atividade de auditoria reverte para o Estado.</u></p>

~FIM ~